

RELATÓRIO ANUAL

2025



Índice

1. Introdução	3
2. Órgãos Sociais	6
3. Participação no Centro Português de Fundações.....	8
4. Gestão Operacional.....	9
5. Estudos	12
6. Publicações	20
7. Pordata.....	24
8. Comunicação e Eventos da Fundação	29
9. Área Digital.....	35
10. A Fundação e os <i>Media</i>	38
11. Relatório Financeiro do Exercício de 2025	43
12. Perspetivas para 2026.....	44
ANEXOS.....	47
Anexo I, Carta de Princípios.....	47
Anexo II, Estatutos	49
Anexo III, Declaração de Princípios e Código de Boas Práticas	60
Anexo IV, Declaração de Utilidade Pública de 2010 e Ratificação de 2023	73
Anexo V, Despacho de Autorização de Alteração Estatutária	75
Anexo VI, Despacho de isenção de IRC.....	76
Anexo VII, Organigrama da Fundação a 31/12/2025.....	77
Anexo VIII, Procedimentos para a Avaliação de Atividades da Fundação	78
Anexo IX, Protocolos e Parcerias em Vigor a 31/12/2025.....	80
Anexo X, Órgãos Sociais da Fundação a 31/12/2025	86
Anexo XI, Lista de Estudos da Fundação	88
Anexo XII, Lista dos Ensaios da Fundação, 2010-2025.....	97
Anexo XIII, Lista dos Retratos da Fundação, 2014-2025.....	102
Anexo XIV, Lista de Outros Livros da Fundação, 2014-2025	106
A Equipa da Fundação em 2025	108

1. Introdução

O ano de 2025 ficou marcado pelo agravamento de tensões mundiais, da instabilidade e da incerteza. O mundo assistiu ao prolongamento de guerras, parte das quais às portas da Europa, ao aumento de populismos e da desinformação, e a crescentes ameaças à democracia, ao direito internacional e à ciência. Neste contexto — marcado também pelos efeitos da crise climática e pela aceleração tecnológica — a missão da Fundação torna-se ainda mais essencial: promover o estudo, estimular o debate e partilhar conhecimento fidedigno, sempre com independência, rigor e transparência.

Na área científica, este ano, a Fundação, divulgou estudos sobre abstenção eleitoral, políticas públicas, demografia, rendimentos e pobreza, os quais traçam um retrato profundo do país e apontam soluções para os seus principais desafios. Foi lançado um *policy paper* sobre os impactos da automação e da inteligência artificial no mercado de trabalho e outro com recomendações estratégicas para a expansão do ensino profissional. Deu ainda a conhecer os resultados dos barómetros do poder local e do turismo.

A nível internacional, difundiram-se quatro *policy papers* sobre a transição energética na Europa, realizados em parceria com a Brookings Institution, tendo-se organizado dois eventos nos Estados Unidos da América, em Boston e em Washington D.C., para aprofundamento das suas conclusões. A Fundação marcou presença nas conferências anuais da Philea, em Lisboa, e da Concordia, em Londres e Nova Iorque. Nesta última, a Fundação organizou uma mesa-redonda sobre a polarização dos jovens nas democracias ocidentais, a qual contou com a participação de várias instituições. Foram ainda levados a cabo os primeiros inquéritos Eupinions em Portugal, numa parceria com a Fundação Bertelsmann.

A Pordata assinalou o seu 15.º aniversário, reunindo as principais entidades parceiras. Por ocasião das eleições autárquicas, lançou a nova área de «Retratos dos Municípios», com informação-chave de cada um dos 308 concelhos do país. Fez, também, um diagnóstico do novo portal e implementou um plano de ação com vista ao melhoramento de funcionalidades, à disponibilização de novos conteúdos e ao reforço do posicionamento deste relevante projeto da Fundação.

AS
3
AN 188
MF

Nas publicações, e sendo já mais de dois milhões os exemplares de livros da Fundação nas mãos dos portugueses, promoveram-se debates em torno dos 27 livros publicados em 2025, entre ensaios, retratos e outras publicações. Lançou-se uma obra comemorativa dos 15 anos dos «Ensaio da Fundação» — *Livros Leves, Opiniões de Peso* —, que reúne um conjunto de textos originais dos autores da coleção sobre temas como a democracia, a política externa, a defesa, a justiça, o ambiente, a energia ou a inteligência artificial.

Na programação, o *videocast* «Isto não é assim tão simples» contou com entrevistas a 12 peritos internacionais em temas fundamentais da atualidade, como inteligência artificial, genética, biotecnologia, exploração espacial, geografia, globalização, inflação e produtividade. As conversas semanais do *podcast* «[IN]Pertinente» incidiram sobre assuntos tão diversos como teoria política, literacia financeira, saúde mental, oncologia, habitação e religião.

Por forma a encerrar o ciclo de reflexão sobre a evolução do país nas cinco décadas de democracia, tiveram lugar duas conferências, no Porto e em Aveiro; a exposição itinerante da Pordata, com infografias sobre este importante período histórico, passou por várias cidades portuguesas — entre as quais Peniche, onde se realizou a 7.ª edição da Escola de Verão da Fundação, com 60 alunos de todo o país, que ao longo de uma semana aprofundaram e debateram os desafios da inteligência artificial.

Nas parcerias da Fundação com órgãos de comunicação social, incluíram-se, entre outros, a publicação periódica de artigos da *Foreign Policy* no site da Fundação; com a RTP, a produção do documentário *Diploma de Saída* e a divulgação dos «Retratos dos Municípios»; a rubrica da Fundação no *videocast* «Bom Partido»; o *podcast* «Da Capa à Contracapa», com a Rádio Renascença; os programas *Como Resolver?*, na CNN, no âmbito dos quais se incluiu uma série de entrevistas aos nossos autores no programa *Dois às 10*, na TVI; o *podcast* «Eu posso ser...», com o Observador, feito a partir da coleção da Fundação sobre saúde mental; e «Desconectados», um conjunto de ensaios e reportagens, desenvolvidos com a SIC e o *Expresso*, sobre como o uso excessivo de ecrãs tem redefinido as relações sociais.

Ao longo do ano, os órgãos sociais e a equipa definiram novos indicadores para aferir o impacto da Fundação. Nesse âmbito, lançaram-se as bases para a realização de um inquérito a *stakeholders* e de *focus groups*, passando-se a analisar as menções aos projetos da Fundação nas sessões da Assembleia da República, nas teses académicas e nos manuais escolares, bem como a

quantificar as impressões dos nossos conteúdos em motores de busca e as entradas nos *sites* da Fundação por via dos *chats* de inteligência artificial generativa.

Os resultados dos inquéritos de notoriedade à população demonstram que a Fundação é cada vez mais reconhecida pela sociedade portuguesa. É hoje a terceira Fundação mais recordada, tendo alcançado uma notoriedade espontânea de 22% em dois dos três inquéritos do ano — a mais alta de sempre. Neste indicador, fecha 2025 com uma média de 20%, o que representa um crescimento de 2 p.p. face a 2024 e de 5 p.p. face a 2023. A Fundação evoluiu também na notoriedade sugerida, de 46% para 47%, 1 p.p. acima de 2024, o valor mais elevado dos últimos três anos.

Em 2025, a equipa da Fundação contribuiu com o seu trabalho para reforçar a sociedade civil e defender a democracia, através do conhecimento, do diálogo aberto e da cidadania ativa. Com o aumento da visibilidade e do impacto da atividade da Fundação, tendo presente o atual contexto mundial e nacional, 2026 começará com uma responsabilidade acrescida e com a certeza de que a Fundação continuará a trabalhar diariamente para o cumprimento da sua missão.

5
da 188
TR

2. Órgãos Sociais

Os órgãos sociais da Fundação Francisco Manuel dos Santos são compostos pelo Conselho de Curadores, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, a Comissão de Vencimentos e a Comissão Executiva, sendo fundamental o seu contributo para o cumprimento da missão e dos objetivos da Fundação.

Em junho de 2025, Gonçalo Saraiva Matias cessou as suas funções de presidente do Conselho de Administração, com a sua nomeação para ministro-adjunto e da Reforma do Estado, sucedendo-lhe, em novembro, Fátima Barros, membro do Conselho de Curadores até então. Entre junho e outubro, a presidência foi assegurada interinamente por Teresa Mourão-Ferreira, diretora-geral e administradora executiva da Fundação.

A constituição dos órgãos da Fundação é a seguinte:

Conselho de Curadores

José Soares dos Santos (Presidente), Alda Carvalho, António Lobo Xavier, Jaime Gama, Luís Amado, Maria Manuel Mota, Nuno Garoupa, Ricardo Reis

Conselho de Administração

Fátima Barros (Presidente), António Araújo, Inês Soares dos Santos Canas, Luísa Loura, Teresa Mourão-Ferreira

Conselho Fiscal

Henrique Soares dos Santos (Presidente), Paula Prado, EY (representada por Pedro Marques)

Comissão de Vencimentos

José Soares dos Santos (Presidente), António Lobo Xavier, Luís Amado

Comissão Executiva

Fátima Barros (Presidente), António Araújo, Luísa Loura, Teresa Mourão-Ferreira

Ao longo do ano, a Comissão Executiva reuniu-se, por norma, semanalmente, tendo assegurado que os órgãos sociais se encontravam informados acerca da atividade da Fundação. A estes, tal

como aos membros da sociedade instituidora, manteve-se o envio mensal da *newsletter* da Fundação, um documento que, de forma sucinta e elucidativa, resume o que a Fundação concretizou em cada mês e uma sugestão dos eventos que organiza no mês seguinte. A *newsletter* foi regularmente enviada com o relatório financeiro mensal, preparado por José Quinta (assessor financeiro).

Os contributos do Conselho Fiscal e do auditor externo foram, tal como tem sido regra desde 2009, essenciais para o escrutínio da atividade da Fundação, assegurando uma total transparência financeira e contabilística.

De igual modo, a Fundação mantém um diálogo permanente com a Presidência do Conselho de Ministros, que desempenha legalmente as funções de órgão de supervisão do setor fundacional português, cumprindo rigorosamente as normas e os preceitos legais que, com essa finalidade, têm vindo a ser aprovados.

AP X
L⁷ VS
Tuf

3. Participação no Centro Português de Fundações

No ano de 2025, a Fundação Francisco Manuel dos Santos manteve, através do seu administrador executivo António Araújo, uma participação ativa na Direção do Centro Português de Fundações (CPF), no âmbito da qual foram levadas a cabo diversas iniciativas nacionais e internacionais de defesa e promoção do setor fundacional português, algumas das quais contaram com o apoio de João Tiago Gaspar. No âmbito da atividade do CPF, destaca-se a sua participação no processo tendente a uma eventual revisão da Lei-Quadro das Fundações.



4. Gestão Operacional

Em 2025, a equipa operacional da Fundação foi liderada pela administradora executiva Teresa Mourão-Ferreira. A gestão corrente, como tem sido prática, foi delineada pela Comissão Executiva, contando assim com o contributo dos demais membros deste órgão, que dirigem a área científica, a área de publicações e a Pordata.

Na sequência da reestruturação da Pordata, Filipa Coelho assumiu a coordenação da equipa. Cessaram funções os gestores de base de dados estatísticos Felipe Clemente, em janeiro, e Andreia Marçal, em agosto. A partir de março, Kátia Ribeiro Duarte assumiu a liderança da equipa técnica. Por forma a apoiar a equipa na estabilização do novo portal, colaboraram ainda na Pordata, como consultores externos, Ana Teodósio, Catarina Ruivo, João Pinto (através da empresa Xpand IT, até fevereiro), Pedro Góis (a partir de abril, através da empresa Timestamp), João Verdasca, Marta Miranda (até abril) e Matías Vallvé (até outubro).

Na equipa científica, Clara Bento, responsável pela área da economia, cessou funções em fevereiro e foi substituída por Rita Guimarães em junho.

Dada a importância da tomada de decisão assente em análises rigorosas e consistentes, Susana Norton passou a desempenhar a função de *head* de Publicações, Reporting e Projetos Especiais.

Na área de marketing, inovação, produção audiovisual e eventos, Isabel Abreu Lima reforçou a equipa como gestora de *marketing* e comunicação e, por licença de maternidade de Maria Eiró, Débora Henriques assumiu a função de gestora de produção e eventos até setembro, a qual foi posteriormente assegurada por Teresa Horta e Costa.

Os departamentos de Canais — Digital e Social e de Gestão de Conteúdos Digitais e Redes Sociais foram fundidos num só, liderado por Joana Ferreira da Costa, passando Fábio Inácio a assumir a função de líder de campanhas e *analytics*. Por licença de maternidade de Joana Batista, João Ribeiro assegurou a gestão de redes sociais, enquanto *community manager*, entre outubro e dezembro.

A assessoria de imprensa e a gestão de parcerias com órgãos de comunicação social foram desempenhadas, até junho, por Maria Ferreira, através dos serviços da sua empresa, e, a partir de meados de setembro, por Débora Henriques.

FS
9
dk 188
TVE

A assistente executiva e do Presidente do Conselho de Administração, Isabel Bernardes, reformou-se em agosto de 2025, sendo substituída por Cristina Cabral em outubro.

A Fundação contou ainda com o apoio da coordenação de Recursos Humanos da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, assegurada, no primeiro semestre do ano, por Alexandre Fonseca e, no segundo semestre, por Inês Pinto Coelho.

No final de 2025, a equipa operacional da Fundação tinha a seguinte composição:

Estudos (equipa científica)

João Tiago Gaspar (*head* de Conteúdos e Relações Internacionais), Carlos Jalali (Coordenação — consultor externo), Rita Rosado, Rita Guimarães, Inês Renda, Maria Gomes da Silva

Pordata

Filipa Coelho (*team leader*), Ana Luísa Barbosa, Kátia Ribeiro Duarte, Joana Zózimo, Mónica Santos, Sofia Barão

Publicações e reporting

Susana Norton (*head* de Publicações, Reporting e Projetos Especiais), Duarte Vaz-Pinto (consultor externo)

Digital e redes sociais

Joana Ferreira da Costa (*team leader*), Joana Batista, Catarina Gonçalves, Fábio Inácio

Assessoria de imprensa e gestão de parcerias de *media*

Débora Henriques

Marketing, eventos e produção audiovisual e eventos

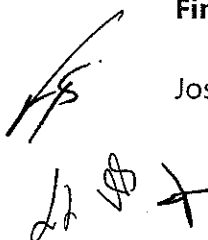
Mariana Vaz da Silva (*team leader*), Maria Eiró, Isabel Abreu Lima, Teresa Horta e Costa (substitui Maria Eiró durante a licença de maternidade)

Assistente executiva e do Presidente do Conselho de Administração

Cristina Cabral

Finanças

José Quinta



IT e sistemas

Géssio Moreira

15
11
22 188
11

5. Estudos

A área de estudos/conteúdos da Fundação sofreu uma alteração relevante em junho de 2025, quando Gonçalo Saraiva Matias foi nomeado ministro-adjunto e da Reforma do Estado do XXV Governo Constitucional, tendo, por isso, deixado o cargo de presidente do Conselho de Administração da Fundação e, conseqüentemente, o pelouro da área de estudos/conteúdos. Em novembro de 2025, Fátima Barros foi nomeada presidente do Conselho de Administração, assumindo assim este pelouro. Durante o interregno, a equipa da área manteve o seu regular funcionamento, sob a supervisão dos órgãos sociais.

A equipa de estudos/conteúdos da Fundação continuou a ser chefiada por João Tiago Gaspar (diretor de conteúdos e relações internacionais) e Carlos Jalali (coordenador da equipa de estudos), com a colaboração de Inês Renda, responsável pela gestão de projeto e comunicação de ciência da área de qualidade da democracia, e de Rita Rosado, responsável pela gestão de projeto e comunicação de ciência da área de políticas sociais. A partir de junho de 2025, a equipa passou a contar com a colaboração de Rita Guimarães, responsável pela gestão de projeto e comunicação de ciência da área de desenvolvimento económico, que, após fevereiro de 2025, substituiu Clara Bento neste cargo.

A equipa interna de estudos/conteúdos da Fundação continuou a beneficiar da assessoria de três consultores científicos externos, um por cada uma das áreas científicas prioritárias do programa de estudos vigente, divulgado em junho de 2024 e com duração até 2026. A saber: Miguel Ferreira (Nova SBE), consultor científico para a área de desenvolvimento económico; Amílcar Moreira (ISEG-ULisboa), consultor científico para a área de políticas sociais de combate à pobreza e desigualdades; e Carlos Jalali (Universidade de Aveiro), consultor científico para a área de qualidade da democracia, que acumula esta função com a de coordenador da equipa de estudos desde junho de 2024. Em 2026, manter-se-ão como consultores Amílcar Moreira e Carlos Jalali, e proceder-se-á à substituição de

Miguel Ferreira, que abandonará o cargo para coordenar um projeto da Entidade Reguladora para a Comunicação Social que lhe foi atribuído.

Em 2025, a Fundação adjudicou um barómetro a publicar em 2026: o «Barómetro das cidades», coordenado por Patrícia Melo (ISEG-ULisboa), Eduarda Marques da Costa (IGOT-ULisboa) e Alexandra Amaral Gomes (London School of Economics).

Além disso, estabeleceu-se uma parceria com a Fundação Bertelsmann, sediada na Alemanha, com o objetivo de publicar *data briefings* a partir dos estudos de opinião Eupinions, que incidem sobre as atitudes dos vários povos europeus relativamente à União Europeia. O primeiro relatório, a publicar em 2026, será da autoria de Catherine De Vries (Universidade IE, Madrid), uma das grandes especialistas mundiais em temas da União Europeia.

I. Projetos científicos publicados em 2025

1. *Continuidade e Mudança nas Políticas Públicas em Portugal (1976-2020)*

Coordenação: António Tavares (UMinho), Patrícia Silva (UAveiro) e Pedro Camões (UAveiro)

Data de publicação: junho de 2025

Sinopse: Este estudo analisou mais de 3000 entidades públicas, 300 variações orçamentais e 1692 nomeações para cargos de topo da administração pública, coligindo e sistematizando dados que proporcionam um retrato, até agora inexistente, do aparelho do Estado português. A equipa procurou avaliar se a perceção generalizada de que não existe continuidade nas políticas no nosso país corresponde à realidade. Analisando três indicadores de mudança — orçamentos, reorganizações dos organismos públicos e nomeações para cargos de topo da administração — concluíram que a continuidade das políticas é o padrão dominante, identificando-se mudanças mais acentuadas em momentos-chave, tais como a adesão à CEE e a crise económico-financeira de 2007-2008. Os segundos

mandatos dos governos tendem a caracterizar-se por maior estabilidade. Tipicamente, governos de direita privilegiam a extinção de organismos e a contração do aparelho do Estado. Já os governos de esquerda estão associados a maior estabilidade e a movimentos de expansão dos organismos públicos.

2. *Abstenção Eleitoral em Portugal: Mecanismos, impactos e soluções*

Coordenação: José Santana Pereira (ISCTE-IUL) e João Cancela (Nova FCSH)

Data de publicação: setembro de 2025

Sinopse: Este estudo, baseado num inquérito a 2405 eleitores, seis *focus groups* com abstencionistas e votantes intermitentes e três encontros com representantes políticos a nível local, nacional e europeu, constitui a análise mais abrangente realizada até ao momento sobre o fenómeno da abstenção em Portugal. A investigação demonstra que a participação varia consoante o tipo de eleição: nas legislativas, presidenciais e europeias é mais elevada em zonas urbanas, enquanto nas autárquicas tende a ser superior em zonas rurais e híbridas. Além disso, fatores sociodemográficos (idade, nível de escolaridade e classe social), fatores atitudinais (sentimento de dever cívico, interesse pela política) e barreiras práticas (como a distância ao local de voto) influenciam significativamente a decisão de votar.

3. *Automação e Inteligência Artificial no Mercado de Trabalho Português (policy paper)*

Coordenação: Rui Baptista (IST-ULisboa)

Data de publicação: abril de 2025

Sinopse: Este *policy paper* analisa os impactos da automação, digitalização e inteligência artificial no mercado de trabalho nacional. Os autores identificam as profissões e as regiões do país que estão mais expostas à mudança tecnológica e

VS
22.

as competências que são mais valorizadas, apontando soluções de políticas públicas e de requalificação dos trabalhadores.

4. *A Expansão dos Cursos Profissionais em Portugal: Que impacto na educação, no emprego e no empreendedorismo?* (policy paper)

Coordenação: Luís Catela Nunes (Nova SBE)

Data de publicação: julho de 2025

Sinopse: Este *policy paper* analisa os efeitos da expansão do ensino e da formação profissionais verificada desde o início do século. Os resultados revelam impactos positivos na educação, no emprego, na criação de novas empresas e no empreendedorismo. Além disso, os autores apontam caminhos para que o país acompanhe a crescente valorização europeia das competências técnicas características destes cursos.

5. *Barómetro do Poder Local*

Coordenação: Filipe Teles e Nuno Ferreira da Cruz (UAveiro)

Data de publicação: setembro de 2025

Sinopse: Este barómetro visa analisar as atitudes dos portugueses face ao poder local e às eleições autárquicas. Procura avaliar a perceção da qualidade da democracia local e a importância atribuída às eleições autárquicas, por comparação com outros atos eleitorais. Analisa também se o voto é influenciado por questões nacionais ou locais e o nível de conhecimento sobre as competências dos órgãos autárquicos.

6. *Barómetro do Turismo*

Coordenação: Eduardo Brito Henriques (IGOT-ULisboa)

Data de publicação: novembro de 2025

15
dk 188
TMK

Sinopse: Este barómetro centra-se na perceção e na atitude dos portugueses em relação aos impactos do turismo e à formulação de políticas públicas para o setor. Entre outros aspetos, analisa a forma como a população percebe o impacto do turismo no seu local de residência, a sua atitude perante o desenvolvimento do turismo e o grau de apoio às diferentes medidas propostas para o futuro do turismo em Portugal.

7. «A Transição Energética na Europa: Equilibrar o trilema»

Coordenação: Constanze Stelzénmuller e Samantha Gross (Brookings Institution)

Data de publicação: Diversos momentos ao longo de 2025

Sinopse: Esta série de estudos sobre a transição energética na Europa contempla a publicação de seis *policy papers* sobre diferentes incidências do tema em apreço. O primeiro *policy paper* foi publicado ainda em 2024 e o último será publicado apenas em 2026. Em 2025, foram publicados quatro *policy papers* sobre os seguintes subtemas:

- «Compreender as incertezas políticas e dos mercados na era da transição energética», da autoria de Mark Finley (Rice University) e Samantha Gross (Brookings);
- «Os riscos e as oportunidades da agenda da UE para o comércio verde», da autoria de Trevor Sutton e Sagatom Saha (Columbia University);
- «Depois da crise energética: respostas políticas na Península Ibérica», da autoria de Ana Fontoura Gouveia (Nova SBE), Gonzalo Escribano (Real Instituto Elcano), Ignacio Urbasos Arbeloa (Real Instituto Elcano) e João Fachada (Nova SBE);
- «O papel do setor energético na guerra da Ucrânia», da autoria de Maciej Zaniewicz e Danylo Moiseinko (Forum Energii).



II. Projetos científicos em execução

1. «**Ensino superior e emprego jovem em Portugal: tendências, resultados e comparações internacionais**», *policy paper* coordenado por Luís Catela Nunes (Nova SBE). Apresentação prevista para 22 de abril de 2026.
2. «**The role of Portuguese manufacturers-suppliers in sustainability-oriented innovation and competitiveness in the clothing and textile industry**», estudo coordenado por Céline Abecassis-Moedas (Católica Lisbon School of Business). Apresentação prevista para junho de 2026.
3. «**Barómetro da imigração: a perspetiva da população imigrante**», coordenado por Rui Costa Lopes (ICS-ULisboa), Pedro Góis (Universidade de Coimbra) e João António (CESOP-UCP). Apresentação prevista para junho de 2026.
4. «**Barómetro das cidades**», coordenado por Patrícia Melo (ISEG-ULisboa), Eduarda Marques da Costa (IGOT-ULisboa) e Alexandra Amaral Gomes (London School of Economics). Apresentação prevista para setembro de 2026.
5. «**Os retornos económicos da educação: *policy paper* sobre qualificação de gestores**», coordenado por Luís Catela Nunes (Nova SBE). Apresentação prevista para setembro de 2026.
6. «**Fiscalidade e futuro: Portugal fiscal**», coordenado por Sérgio Vasques (Faculdade de Direito da Universidade Católica). Apresentação prevista para setembro de 2026.
7. «**Fiscalidade e futuro: *policy paper* sobre competitividade das empresas**», coordenado por Sérgio Vasques (Faculdade de Direito da Universidade Católica). Apresentação prevista para outubro de 2026.

8. «**Fiscalidade e futuro: *policy paper* sobre tecnologia**», coordenado por Sérgio Vasques (Faculdade de Direito da Universidade Católica). Apresentação prevista para novembro de 2026.
9. «**Digitalisation in the Portuguese labour market: potential transformative and destructive effects**», estudo coordenado por Rui Baptista (Instituto Superior Técnico). Apresentação prevista para novembro de 2026.
10. «**Europe's energy transition: balancing the trilemma**», estudo coordenado por Constanze Stelzenmüller (Brookings Institution). *Policy paper* final previsto para março de 2026.
11. «**Quem governa Portugal? Perfis ministeriais em perspetiva comparada**», estudo coordenado por António Costa Pinto e Marcelo Camerlo (ICS-ULisboa). Apresentação prevista para junho de 2026.
12. «**Direitos políticos e liberdades cívicas na democracia portuguesa, 1974-2022**», coordenado por Tiago Fernandes (ISCTE-IUL). Apresentação prevista para setembro de 2026.
13. «**Recrutamento de deputados à Assembleia da República (1975-2024)**», coordenado por Jorge Fernandes (CSIC, Madrid). Apresentação prevista para 2027.
14. «**Fiscalidade e futuro: *policy paper* sobre talento**», coordenado por Sérgio Vasques (Faculdade de Direito da Universidade Católica). Apresentação prevista para 2027.
15. «**Fiscalidade e futuro: *policy paper* sobre envelhecimento**», coordenado por Sérgio Vasques (Faculdade de Direito da Universidade Católica). Apresentação prevista para 2027.

AS
Lh
AS

16. «**The impact of business training and mentoring on firm performance: an experimental approach**», *policy paper* coordenado por Miguel Ferreira (Nova SBE). Apresentação prevista para 2027.
17. «**Datação dos ciclos económicos**», coordenado por Ricardo Reis (London School of Economics). Projeto iniciado em 2019 e com possibilidade de renovação anual.
18. «**Eupinions: a adesão de Portugal e Espanha à CEE**», da autoria de Catherine De Vries. Uma parceria entre a FFMS e a Fundação Bertelsmann. Apresentação do primeiro relatório prevista para 2026.

6. Publicações

Sob a direção do administrador executivo António Araújo, a área de publicações continuou a contar com a coordenação de Susana Norton e, em apoio externo, de Duarte Vaz-Pinto.

A Fundação voltou a promover debates e encontros que aproximaram autores, especialistas e leitores na Feira do Livro de Lisboa, reforçando o papel deste evento como um dos momentos mais importantes do ano para a FFMS, por ser o espaço privilegiado de contacto direto com o seu público.

Apesar da qualidade e da vitalidade do programa cultural — 14 debates sobre as suas publicações, um programa em direto e dois episódios *live on tape*, ambos com a Rádio Renascença —, as condições climatéricas atípicas, marcadas por períodos prolongados de calor extremo, tiveram impacto no comportamento dos visitantes e impediram que as vendas aumentassem face a 2024, ano em que se registara um aumento inusitado.

A Fundação, à semelhança do que ocorreu em anos anteriores, voltou a marcar presença na Festa do Livro em Belém, um evento organizado pela Presidência da República e de grande relevância institucional. Prosseguiu, ainda, a sua parceria com o El Corte Inglés, onde se realizaram diversas apresentações de livros, sempre com extraordinária afluência de público.

Todas as apresentações dos livros da FFMS foram gravadas e emitidas no canal YouTube da Fundação, de modo a aumentar o alcance da discussão dos temas em debate. As sessões realizadas no El Corte Inglés tiveram a presença de Ana Paiva, Ana Rezende-Matias, Ana Teresa Perez, António Araújo, Arlindo Oliveira, Carlos Fiolhais, Céu Mateus, Cristiana Bastos, Dora Santos Silva, Fernando Correia de Oliveira, Filipe Alves, Francisco Ferreira, Helena Tecedeiro, Inês Lynce, Isabel Soares, Joana Pestana Lages, João Cancela, João Rodrigues, João Seixas, José António Bandeirinha, José Carlos Barros, José Carlos Mota, José Manuel Sobral, José Miguel Júdice, Laurent Goater, Luísa Lima, Luísa Schmidt,

Luísa Trindade, Manuela Júdice, Nelson Nunes, Nuno Crato, Paulo Dimas, Rafael Vieira, Renato Miguel do Carmo, Ricardo de Sousa Antunes, Rogério Copeto, Rui Araújo e Rui Frias.

Por sua vez, na Feira do Livro de Lisboa, os debates contaram com intervenções de Ana da Cunha, Andreia Fidalgo, António Aires, Arlindo Oliveira, Bárbara Reis, Carlos Grosso, Catarina Carvalho, Cátia Branquinho, David Ferreira, Dília Jardim, Emília Ferreira, Francisco Ferreira, Gabriela Perdigão Cavaco, Gina Tomé, Henrique Leitão, Joana Gonçalves de Sá, Joana Pais, Joana Pereira Bastos, João Govern, João Monteiro Serrano, João Rodrigues, José Carlos Barros, José Gaspar, José Miguel Júdice, Luís Filipe Simões, Luís Oliveira e Silva, Luísa Coheur, Margarida Gaspar de Matos, Margarida Relvão Calmeiro, Maria de Lurdes Rodrigues, Maria do Carmo Vieira, Maria do Céu Machado, Maria Isabel Roque, Maria Manuel Mota, Marina Carvalho, Mário Figueiredo, Mónica Bettencourt-Dias, Nuno Crato, Nuno Gonçalves, Padre Jesuíta Paulo Duarte, Rafael Vieira, Ricardo Peixoto, Rui Frias, Susana Peralta, Susana Viegas e Tânia Gaspar.

A Fundação esteve ainda presente na Livraria Buchholz, em Lisboa, com a apresentação do livro *O Trabalho Forçado*, com a presença dos autores. O retrato *A Água das Lágrimas* foi, também, apresentado na Quinta das Lágrimas, com a presença da autora e de José Carlos Seabra Pereira. Na Casa de Mateus, em Vila Real, a Fundação esteve presente num debate sobre o tema da desertificação, em que estiveram presentes Maria José Roxo, Rodrigo Proença de Oliveira e Luís Guedes de Carvalho.

O autor do ensaio *A Participação Cívica em Portugal*, José Carlos Mota, fez um périplo pelo país, com cinco sessões públicas, 15 oradores e 300 participantes, apelando à participação cívica de todos.

Em junho, o ensaio *Património Alimentar de Portugal*, de Maria Manuel Valagão, conquistou o primeiro lugar na categoria *Food Heritage Books* e foi ainda distinguido como *Best Food Tourism Book* nos Gourmand World Cookbook Awards, o mais importante galardão mundial para livros de culinária, gastronomia e alimentação.

A FFMS garantiu ainda a publicação regular e atempada de todos os títulos programados para as suas coleções. Assim, na coleção «Ensaios da Fundação», foram publicados os seguintes títulos: *Aprender*, Nuno Crato; *A Qualidade do Ar*, Francisco Ferreira; *A Inteligência Artificial Generativa*, Arlindo Oliveira; *Tira o Disco e Toca ao Vivo: A indústria musical em Portugal*, João Govern; *Avós e Netos*, Ricardo Peixoto; *Uma Ideia de Ciência*, Joana Gonçalves de Sá; *Participação Cívica em Portugal*, José Carlos Mota; *Portugal e o Tempo*, Fernando Correia de Oliveira; *Desigualdades em Saúde*, Ricardo de Sousa Antunes. Foi, também, editado um livro comemorativo dos 15 anos da coleção, com 17 artigos de diversos autores, sobre alguns dos temas mais abordados pela Fundação.

A coleção «Retratos da Fundação» publicou, por seu turno, os títulos: *Os Salatins: Coimbra da saudade*, Rafael Vieira; *O Jornal*, Rui Frias; *Os Filhos de Monte Gordo*, José Carlos Barros; *Quando o Museu Fechou*, Emília Ferreira; *A Água das Lágrimas*, Cristina Castel-Branco; *Tejo: Um cruzeiro religioso e cultural*, Ana da Cunha; *Um Tesouro no Deserto*, Rui Araújo; *A Francofonia em Portugal Está bem e Recomenda-se*, Helena Tecedeiro; *O Tanto Que Grita Este Silêncio: Porque se abstêm os portugueses?*, Nelson Nunes.

Na contínua busca de novos públicos, a FFMS lançou a coleção «Pela Sua Saúde — Saúde Psicológica e Bem-Estar», com os títulos: *Emoções e Bem-Estar*, Cátia Branquinho; *Riscos Comportamentais e Saúde*, Marina Carvalho; *Burnout: Uma pandemia*, Tânia Gaspar; *Tristeza e Solidão*, Gina Tomé; *Felicidade e Flexibilidade no Envelhecimento*, Margarida Gaspar de Matos.

Além destas obras, e fora de coleção, foram editados os livros *Investimento em Ciência*, de Maria de Lurdes Rodrigues, e *O Trabalho Forçado*, de Maria Manuel Leitão Marques, Jorge Félix Cardoso, José Pedro Monteiro e Miguel Bandeira Jerónimo.

A Fundação fez uma parceria com o Observador para a produção e emissão em rádio e nas plataformas de *streaming* de um *podcast* sobre saúde mental. Foram cinco episódios, narrados pela atriz Sofia Ribeiro e com banda sonora original da compositora e cantora

AS
18
22

Maro, que tiveram por base a coleção de livros «Pela Sua Saúde — Saúde Psicológica e Bem-Estar», editada pela Fundação.

A área de publicações prosseguiu a sua aposta no formato digital, quer através da difusão dos seus conteúdos, quer através do lançamento de novos títulos em *e-book*, quer, enfim, através da comercialização *online*. A par disso, manteve-se a presença da FFMS nos canais tradicionais, cujas vendas em quantidade foram semelhantes às do ano anterior.

7. Pordata

A direção da Pordata permaneceu sob a responsabilidade da administradora executiva Luísa Loura ao longo de 2025. Filipa Coelho coordenou a equipa, composta por Ana Luísa Barbosa, Kátia Duarte, Joana Zózimo, Mónica Santos, Sofia Barão, Felipe Clemente (até janeiro) e Andreia Marçal (até agosto).

Em 2025, a Pordata celebrou o seu 15.º aniversário com um evento realizado no Pavilhão Carlos Lopes, em Lisboa, a 24 de fevereiro. Este evento reuniu os principais parceiros, entre os quais as fontes oficiais de estatísticas que fornecem dados à Pordata desde o seu início, bem como com as equipas antigas e atuais envolvidas na criação e no desenvolvimento da Pordata, além dos órgãos sociais da Fundação.

Neste ano, deu-se continuidade à parceria realizada com a Rede de Bibliotecas Escolares (RBE), através da disponibilização do conjunto infográfico «Cinco Décadas de Democracia», que ilustra, de forma apelativa, a evolução do país entre a década de 1970 e a atualidade. Com representações visuais de leitura fácil, este conjunto aborda temas como famílias, população, escolas, ensino superior, transportes e trabalho. Em 2025, as infografias passaram a estar disponíveis também na língua inglesa.

Além da exposição distribuída pelos 448 agrupamentos de escolas públicas do país, deu-se continuidade às exposições itinerantes em espaços públicos de grande circulação, como a Praça D. João I, no Porto, e a NOVA School of Business & Economics, em Carcavelos.

Tal como em anos anteriores, a Pordata foi convidada a participar em inúmeros eventos organizados por outras entidades, destacando-se, pelo apoio prévio prestado às respetivas comissões organizadoras, o evento de divulgação dos resultados do projeto «Miúdos a Votos», iniciativa conjunta da RBE e da revista *Visão*, e o GIMM Festival,



organizado pela Fundação GIMM e que teve esta sua primeira edição dedicada ao tema «Envelhecimento e Longevidade».

Em ano de eleições legislativas, o Observador lançou o *podcast* «Que país é este que vai a eleições?», em que, ao longo de um mês, a diretora da Pordata, Luísa Loura, apresentou diariamente um conjunto de dados para responder a questões como: qual a importância do PIB?; quantos portugueses irão às urnas em maio?; há mais jovens a sair ou a entrar em Portugal?; em que condições vivem as famílias portuguesas?, entre muitos outros temas, que permitiram fazer um retrato aprofundado do país.

No âmbito das eleições autárquicas, a Pordata estreou uma área interativa que retrata, de forma abrangente, os municípios portugueses relativamente a sete temas fundamentais: população; educação; habitação; emprego e empresas; acesso a serviços e cultura; turismo; território e ambiente.

Esta nova área, integrada no *site* da Pordata, permite a todos os que residem em Portugal conhecer melhor o município onde vivem, comparando-o, também, com os concelhos mais próximos ou com outros à sua escolha e com a média do país. Além disso, é possível verificar a evolução de cada indicador desde 2021, ano das eleições autárquicas anteriores.

A nova área interativa foi divulgada junto de importantes *stakeholders*, como presidentes de câmaras municipais, assembleias municipais, comissões de coordenação e desenvolvimento regional (CCDR), partidos e candidatos independentes, bem como comunidades intermunicipais.

Além disso, com base neste retrato interativo dos municípios, a RTP1, com o apoio da Pordata, desenvolveu um resumo para cada município apresentado nos debates realizados para as eleições autárquicas. Foi, também, realizada uma série de quatro vídeos com base nos temas abordados nesta área interativa; divulgados no *Telejornal*, estes vídeos apresentaram ao grande público uma visão sistematizada do país, respondendo a diversas questões fundamentais, nomeadamente: qual o município que tem mais habitantes e qual o que tem maior densidade populacional?; qual o município

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner, including a large 'S' and other illegible marks.

onde o preço das casas é mais elevado?; onde é que existem mais trabalhadores por conta de outrem?; onde é que o salário médio mensal é mais alto?

Após a grande transformação tecnológica da Pordata, realizada em 2024, e o lançamento do seu novo portal, 2025 foi um ano de análise e reflexão estratégica. Procedeu-se à avaliação rigorosa dos resultados alcançados e à análise detalhada dos principais indicadores de performance. Assim, foi possível aferir o impacto das mudanças implementadas, identificar oportunidades de melhoria e reforçar o alinhamento entre os objetivos estratégicos e as necessidades dos utilizadores.

Dos dados à informação

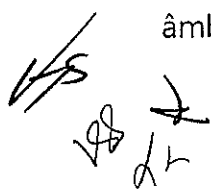
No cumprimento da missão da Fundação, a transformação de dados em informação útil para a sociedade permanece uma das principais prioridades da Pordata. No contexto de dias comemorativos ou de eventos de relevância nacional e internacional, foram elaboradas e enviadas aos órgãos de comunicação social oito sínteses temáticas, sendo responsáveis por gerar 1263 notícias, 48% do total de notícias sobre a Pordata. Elencam-se em seguida essas sínteses, juntamente com as respetivas sinopses:

8 de março de 2025: Dia Internacional da Mulher

Divulgação de um conjunto de dados que permitem caracterizar o perfil e o papel da mulher em Portugal e em comparação com a União Europeia. São o objeto da análise temas como a natalidade, o nível de escolaridade, as oportunidades no mercado de trabalho e o caminho para a paridade de género, estilos de vida e condições de saúde.

25 de abril de 2025: eleições legislativas em Portugal

Divulgação de um conjunto de dados que permitem retratar a evolução das eleições legislativas em Portugal — desde 25 de abril de 1974 até às últimas eleições, em 2024 —, bem como de um conjunto de indicadores que permitem caracterizar a perceção da população residente em Portugal sobre a política nacional. Síntese temática realizada no âmbito das eleições legislativas realizadas a 18 de maio de 2025.



1 de maio de 2025: Dia do Trabalhador

Um retrato que assinala o Dia do Trabalhador e apresenta um conjunto de indicadores que permitem caracterizar o perfil da população empregada no país, em comparação com a União Europeia. Temas como a escolaridade de trabalhadores e patrões, os salários ou o tecido empresarial português são o objeto desta análise.

5 de junho de 2025: Dia Mundial do Ambiente

Assinalando o Dia Mundial do Ambiente, este retrato apresenta um conjunto de indicadores em quatro grandes áreas: produção, consumo e dependência energética; temperatura do ar e pluviosidade; proteção do ambiente; configuração e proteção do território. A análise assume particular relevância à luz das metas definidas pela União Europeia no âmbito do Pacto Ecológico Europeu (PEE), com horizontes temporais ambiciosos para 2030 e 2050.

11 de julho de 2025: Dia Mundial da População

Apresentação de um conjunto de dados que permitem traçar o perfil atual da população residente em Portugal e nos seus municípios. Entre as questões analisadas, incluem-se, entre outras: quantos somos e qual tem sido a evolução do número de residentes no país?; como têm evoluído a natalidade e o envelhecimento?

12 de setembro de 2025: «Retratos Municípios»

Um retrato abrangente dos municípios portugueses, desenvolvido no âmbito das eleições autárquicas realizadas a 12 de outubro de 2025, através de sete temas fundamentais: população; educação; habitação; emprego e empresas; acesso a serviços e cultura; turismo; território e ambiente.

17 de outubro de 2025: Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza

Retrato do atual panorama e da evolução da pobreza da população em Portugal. São o objeto desta análise temas como a incidência da pobreza por composição do agregado familiar, segundo a condição perante o trabalho ou o rendimento mensal.

18 de dezembro de 2025: Dia Internacional dos Migrantes

Divulgação de um conjunto de dados que permitem conhecer a população imigrante em Portugal. Para além do olhar sobre o número de cidadãos estrangeiros residentes no país e a sua evolução, temas como emprego, fluxos migratórios e atribuições de nacionalidade permitem traçar um retrato mais detalhado.

VB
VB
12

8. Comunicação e Eventos da Fundação

Conferências, debates e outros eventos

Em 2025, a Fundação deu continuidade, na sua programação própria, ao tema «Cinco Décadas de Democracia: O que mudou», um projeto iniciado em 2023 com o objetivo de informar os portugueses sobre a evolução do país nestas últimas cinco décadas. Com o intuito de levar este projeto, uma vez mais, a outras zonas do país, a Fundação promoveu dois eventos dirigidos aos jovens — um no Porto, no dia 22 de abril, e outro em Aveiro, no dia 5 de maio —, nos quais foram exibidos os minidocumentários e debatidos os respetivos temas. O Salão Ático do Coliseu Porto Ageas acolheu o evento «Saúde e Economia», no qual participaram a médica de família Margarida Santos, o economista José Pedro Sousa e a *rapper* e poeta Capicua; e o auditório da Reitoria da Universidade de Aveiro foi palco de um debate sobre «População e Famílias», que reuniu a demógrafa Alda Azevedo, o sociólogo Pedro Góis e o *podcaster* Tomás Magalhães. No âmbito do mesmo tema, a exposição infográfica itinerante da Pordata, desenvolvida em 2024 em parceria com a Rede de Bibliotecas Escolares, continuou a sua jornada pelo país. Em 2025, marcou presença na NOVA SBE, em Carcavelos; na Praça D. João I, no Porto; na Universidade de Aveiro; na Universidade do Minho, em Braga; na Figueira da Foz; no Centro Cívico de Peniche; e em Vila Franca de Xira.

Em fevereiro, no âmbito da comemoração dos 15 anos da Pordata, realizou-se um jantar com cerca de 150 convidados, entre os quais se contavam parceiros, fornecedores e colaboradores que desempenharam um papel importante no crescimento da Pordata, desde a sua criação, em 2010.

Seis ensaios, seis retratos e o livro comemorativo dos 15 anos da coleção «Ensaio da Fundação» foram apresentados ao vivo no El Corte Inglés, em debates com autores e especialistas e, ainda, com a possibilidade da participação do público, sempre com sala cheia. Estas apresentações foram, depois, disponibilizadas em formato digital, no YouTube da Fundação.

Como habitualmente, a Fundação marcou presença na 95.^a Feira do Livro de Lisboa, de 4 a 22 de junho, com o lançamento de seis ensaios, cinco retratos e dois livros — *Investimento em Ciência* e *O Poder da Literatura* — além da coleção «Pela Sua Saúde — Saúde Psicológica e Bem-Estar». Todos estes títulos foram apresentados em debates ao vivo na Praça da Fundação, com a participação de autores, especialistas, jornalistas, académicos e membros do público, além dos programas feitos em parceria com a Rádio Renascença.

Ao longo do ano, um pouco por todo o país, foram ainda organizados diversos debates em torno dos livros da Fundação. O retrato *A Água das Lágrimas*, de Cristina Castel-Branco, foi apresentado na Sociedade Nacional de Belas-Artes, em Lisboa, no dia 22 de maio, e na Quinta das Lágrimas, em Coimbra, no dia 15 de julho; no dia 4 de outubro, no Mira Fórum, no Porto, foi apresentado o ensaio *Uma Ideia de Ciência*, de Joana Gomes de Sá; no dia 23 de outubro, no Almedina Estádio, em Coimbra, foi apresentado o retrato *Os Salatinas*, de Rafael Vieira; no dia 13 de novembro, na Livraria Buchholz, em Lisboa, foi lançado o livro *O Trabalho Forçado*, da autoria de Maria Manuel Leitão Marques, Jorge Félix Cardoso, José Pedro Monteiro e Miguel Bandeira Jerónimo; e, entre outubro e novembro, o ensaio *A Participação Cívica em Portugal*, de José Carlos Mota, foi debatido em cinco sessões públicas, em Coimbra, Braga, Aveiro, Faro e Porto, que perfizeram uma audiência de mais de 300 pessoas.

No que à área científica diz respeito, a Fundação reuniu-se, em janeiro, com um grupo de deputados à Assembleia da República, a propósito do estudo *Mecanismos e Impactos da Abstenção Eleitoral em Portugal*, que ainda se encontrava em desenvolvimento. Esta reunião, na qual foram apresentados os resultados preliminares da investigação, teve por objetivo recolher os contributos dos representantes eleitos sobre as causas da abstenção eleitoral e explorar estratégias para a combater nas eleições legislativas. Estiveram presentes a presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, deputada Paula Cardoso (PSD), bem como os deputados João Antunes dos Santos (PSD), Elza Pais (PS), Patrícia Gilvaz (IL), Paulo Muacho (L), Manuel Magno (CH), Pedro Neves de Sousa (PSD), Paulo Nuncio (CDS-PP), Paula Margarido (PSD), Nuno

AS
VB
TL

Gabriel (CH), Paula de Medeiros (PSD) e o assessor e antigo deputado Nelson Peralta (BE). Em fevereiro, e no âmbito do mesmo estudo, a Fundação organizou uma sessão *online* com autarcas de todo o país, para que estes pudessem partilhar as suas perceções sobre o tema. Estiveram presentes a presidente da Câmara Municipal de Tavira, Ana Paula Martins (PS), o presidente da Câmara Municipal de Murtosa, Joaquim Manuel dos Santos Baptista (PSD), a presidente da Câmara Municipal de Silves, Rosa Cristina Gonçalves da Palma (CDU), o presidente da Câmara Municipal de Paredes de Coura, Vítor Paulo Gomes Pereira (PS), o vice-presidente da Câmara Municipal de Cantanhede, Pedro Cardoso (PSD), e o vereador da Câmara Municipal de Torres Vedras, Nelson Aniceto (PS).

Os estudos *Continuidade e Mudança nas Políticas Públicas em Portugal (1976-2020)* e *Abstenção Eleitoral em Portugal: Mecanismos, impactos e soluções* foram apresentados através de vídeos infográficos, dando continuidade a este formato de comunicação, lançado em 2023, com o objetivo de tornar as conclusões dos estudos mais acessíveis ao público em geral.

A edição de 2025 da Escola de Verão, realizada entre 31 de agosto e 7 de setembro, em Peniche, contando com o apoio da Câmara Municipal desta cidade, teve como tema central a inteligência artificial. Acolheu 59 jovens entre os 15 e os 17 anos, oriundos de 17 dos 18 distritos do país, que participaram em sessões com especialistas como Adolfo Mesquita Nunes, Bernardo Caldas, Joana Gonçalves de Sá, José Maria Pimentel, Gustavo Jesus e Luís Viegas Cardoso, entre outros. O programa promoveu debates sobre ética, democracia e tecnologia, exercícios de programação, atividades culturais, uma *reading party* e momentos de formação orientados para o pensamento crítico e a literacia digital. Deste modo, a Escola de Verão contribuiu para capacitar os jovens para os desafios sociais e tecnológicos do futuro. A consultoria científica do projeto ficou a cargo de Bernardo Caldas, especialista em inteligência artificial.

No que respeita à programação digital, a Fundação manteve, no programa «Isto não é assim tão simples», as entrevistas a especialistas internacionais sobre grandes temas da atualidade, abordando, ao longo de 12 episódios, assuntos tão diversos como biotecnologia (Andrew Hessel), globalização e tensões geopolíticas (Anil Gupta),

exploração espacial (Ezinne Uzo-Okoro), inflação (Ricardo Reis), produtividade (Nicholas Bloom), perfeccionismo (Thomas Curran), física e oceanos (Helen Czerski), geografia (Tim Marshall), jornalismo de investigação (Mariana van Zeller) e corrupção internacional (Ricardo Soares de Oliveira). Foram ainda realizadas duas entrevistas ao vivo: em fevereiro, Neil Lawrence falou sobre inteligência artificial, perante uma plateia de mais de 800 pessoas, no Pavilhão Carlos Lopes, em Lisboa; em novembro, Afonso Martínez Arias abordou a temática da genética e organização celular, num evento em parceria com a Fundação GIMM — Gulbenkian Institute for Molecular Medicine, com o apoio da Rede Saúde da Universidade de Lisboa, que decorreu no Salão Nobre da Reitoria da Universidade de Lisboa, perante cerca de 230 espectadores. Estes eventos ao vivo, iniciados em 2023, continuaram em 2025 a representar uma oportunidade de aproximar ainda mais a Fundação daqueles que já a seguem noutros formatos.

O *podcast* «[IN]Pertinente», pensado para chegar a um público mais jovem, deu continuidade ao seu conceito original — um confronto bem-disposto entre a curiosidade e o saber — e manteve a sua estrutura em duplas temáticas. Em 2025, na área de economia, a comunicadora Filipa Galvão e o economista Diogo Mendes dedicaram o ano ao tema da literacia financeira; na ciência, Rui Maria Pêgo debateu saúde mental com o psiquiatra Gustavo Jesus, cancro com a oncologista Leonor Matos e neurodivergências com a psiquiatra Rute Cajão; na sociedade, Hugo van der Ding explorou o tema da habitação com Alda Azevedo, da educação com Mónica Vieira e, com Paulo Mendes Pinto, as religiões; na área de política, a dupla, já de 2024, composta por Manuel Cardoso e João Pereira Coutinho dedicou mais um ano ao tema da teoria política. Os episódios continuaram a ser promovidos, nas redes sociais, através do formato *teaser* em vídeo e em colaboração com os comunicadores, permitindo alavancar o alcance deste *podcast*, que registou um crescimento de 25% nos seguidores, quer via Spotify, quer via Apple Podcasts. As audiências cresceram 3% face a 2024, com a área de economia a registar o maior crescimento (+24%). Merece destaque, ainda, a participação do «[IN]Pertinente» na primeira edição do Worten Mock Fest, um festival de comédia que decorreu em Lisboa, em agosto. Ao longo dos três dias de festival, a Fundação organizou as «Conversas In-Pertinentes», debates ao vivo que juntaram participantes atuais e antigos do *podcast* a

1/5
1/5
12

outras personalidades e especialistas, explorando o lado científico do humor e, desta forma, permitindo à Fundação ampliar o seu alcance junto de um público mais jovem e diversificado.

Neste ano, a Fundação procurou chegar a um público mais vasto e diversificado, através de uma variedade de formatos e conteúdos, sempre com o objetivo de estreitar a sua relação com a sociedade, fomentando o debate sobre os temas abordados.

Notoriedade da Fundação

No final de 2025, a Fundação atingiu a notoriedade mais elevada desde que o inquérito é conduzido no seu formato atual. Consolidou, assim, a terceira posição no *ranking* de notoriedade espontânea das fundações, aumentando a distância face à Fundação Mário Soares e Maria Barroso, em quarto lugar. Em termos de notoriedade sugerida, a Fundação subiu de sexto para quinto lugar, posicionando-se agora atrás da Fundação Calouste Gulbenkian, da Fundação Champalimaud, da Fundação Serralves e da Fundação EDP.

Os resultados mostraram que quatro em cada cinco inquiridos (83%, um aumento de 4 p.p. face a 2024) conhecem a Fundação ou algum dos seus projetos, e 87% dos inquiridos consideram que a Fundação tem um impacto relevante ou muito relevante na sociedade. Entre os projetos, a Pordata, os estudos e as publicações continuam a ser os mais reconhecidos espontaneamente.

Em linha com o ano anterior, a notoriedade da Fundação cresceu entre as faixas etárias mais jovens (18-24 anos e 25-34 anos) e nas faixas etárias acima dos 55 anos, registando, contudo, uma quebra de 2 p.p. nas faixas etárias de 35-44 anos e de 45-54 anos, a qual será alvo de análise em 2026.

Através do seu leque de publicações, programas e iniciativas, a Fundação investe na prossecução da sua missão de promover o conhecimento sobre a realidade portuguesa, nas suas áreas principais de atuação — política, economia e sociedade — e de capacitar os cidadãos para construírem uma opinião informada e discutirem temas relevantes, de

modo a passarem de uma cidadania passiva para uma cidadania ativa, reforçando os seus direitos, e a contribuírem para a melhoria da qualidade das instituições que os servem.

~~15~~
15 17

9. Área Digital

O ano de 2025 fica marcado por uma alteração nos hábitos de navegação e no consumo de informação *online*. Hoje, e cada vez mais, os utilizadores preferem um consumo rápido e imediato nos motores de pesquisa por Google IA e nas *feature snippets* dos motores de pesquisa (os textos que os motores apresentam em destaque na página de resultados, procurando responder diretamente àquilo que os utilizadores procuram), em detrimento dos acessos diretos às fontes de informação.

As impressões da Fundação em Google Search (quantas vezes o *site*, página ou anúncio apareceu nos resultados de pesquisa de um utilizador, sem necessariamente resultar num clique) mais do que duplicaram, atingindo quase 32 milhões, (+116% em 2025) e dispararam as sessões de acesso a conteúdos da Fundação via IA (chatGPT e outros), que cresceram 946%, com mais de 6 mil acessos diretos através destas plataformas.

O portal da Fundação registou, ainda assim, 2,6 milhões de visualizações, -7% do que no ano anterior, e uma quebra para 1,7 milhões de sessões (-9%). As buscas orgânicas caíram 11% e a quebra de acessos diretos foi de 45%, tendo sido compensadas pelo crescimento dos acessos via campanhas de redes sociais (+29%).

Contudo, os dados analíticos revelam que os utilizadores do portal são cada vez mais qualificados: a taxa de interação com os conteúdos atingiu os 60% (+12 p.p. vs. 2024); o tempo de permanência nos conteúdos aumentou (+14%), bem como os conteúdos vistos por cada sessão de entrada no portal (+83%).

A mudança de paradigma exige também que o SEO do portal seja cada vez mais adequado às exigências dos motores de pesquisa de IA, aumentando desta forma a «leitura» e a presença nestas plataformas. Por isso, a Fundação conduziu uma auditoria profunda às 86 mil páginas do *site* e iniciou uma série alargada de correções às situações detetadas, antecipando as tendências previstas para o futuro. Essa reestruturação passará também pela forma visual como os conteúdos são lidos, garantindo que o conteúdo da FFMS é corretamente utilizado em IA.

A par destes trabalhos, reformulou-se totalmente o *design* da área dos Direitos e Deveres, responsável por 25% dos acessos ao portal, garantindo uma melhor pesquisa e experiência por parte do utilizador.

Atualizaram-se os projetos Portugal Desigual e Nascer em Portugal com novos dados e grafismos. Criaram-se, também, infografias interativas para o *Barómetro do Poder Local* e o *Barómetro do Turismo*, e publicaram-se quatro novos *policy papers* do projeto Brookings.

A livraria da Fundação foi a segunda área mais vista no *site* (mais de 245 mil sessões), registando um aumento de 5% nas vendas *online*

A *newsletter* semanal da Fundação continua a ser a fonte de tráfego mais qualificado no *site*. O número de subscritores ultrapassou os 36 500, mais 7% do que em 2024.

Os utilizadores via *e-mail* são dos que mais tempo ficam no *site* em cada sessão, só ultrapassados pelos utilizadores orgânicos, com taxas de interação superiores a 55%.

Em termos gerais, o acesso aos conteúdos é maioritariamente feito via *mobile*, responsável por 68,4% dos acessos (+3 p.p. do que em 2023), seguido de *desktop*, com 30,1% dos acessos, e *tablets*, com 1,5%. As entradas via *smart TV* são residuais.

A Fundação nas redes sociais

Em 2025, a Fundação ultrapassou o marco de meio milhão de seguidores nas redes sociais. A comunidade cresceu para 511 mil, mais 9% do que em 2024. Um aumento que se deveu sobretudo ao contributo de redes mais jovens e dinâmicas, como o Instagram (+31%), o LinkedIn (+15%) e o YouTube (+14%), com o X a continuar a cair.

O Facebook, a principal rede da Fundação, também cresceu (+1,7%), tendo atingido mais de 253 mil seguidores. Este aumento contraria a tendência mundial de quebra desta plataforma, que é a rede social mais antiga (fará 22 anos em fevereiro de 2026).

A estrela de 2025, porém, foi sem dúvida o YouTube. O aumento do número de conteúdos mais curtos e o seu patrocínio como forma de alavancagem das visualizações

fizeram disparar para quase 24 milhões as visualizações dos conteúdos da Fundação, crescendo 776% face a 2024.

Por comparação com o ano anterior, as taxas de interação globais, que medem um conjunto alargado de indicadores de interação vs. alcance, também cresceram em todas as redes, com exceção do Instagram (-5,2 p.p. do que em 2024), mantendo a tendência do ano anterior.

A estratégia digital focada em comunicar os conteúdos da Fundação *per se*, dando a cada rede a informação mais relevante para o seu público, manteve-se eficaz na captação de novas audiências.

Ao mesmo tempo, as taxas de interação e de retenção cresceram, graças um investimento eficiente e direcionado, e à adoção de novos formatos que acompanham as tendências nas diferentes plataformas.

10.A Fundação e os Media

Assessoria de imprensa

Em 2025, a área de assessoria de imprensa consolidou o papel dos novos formatos introduzidos em 2024 — *policy papers* e barómetros da Fundação —, os quais complementaram a produção de estudos. O objetivo foi maximizar o impacto das suas recomendações na formulação de políticas públicas, contribuir para o debate alicerçado em evidência científica e aumentar a visibilidade da Fundação e do seu trabalho junto do público em geral, de decisores políticos e de líderes de opinião.

Foi dada prioridade ao desenvolvimento de parcerias estratégicas robustas com meios de comunicação de maior impacto, assegurando uma disseminação ampla e eficaz das recomendações produzidas. Em paralelo, implementaram-se ações de aproximação orgânica aos jornalistas, com vista a posicionar os conteúdos da Fundação como referências de *top-of-mind* nas suas pesquisas e análises.

Ao longo de 2025, foram publicadas 4751 notícias, quase metade (49%) em meios de comunicação de maior alcance. Estas publicações corresponderam a um valor equivalente a 165 milhões de euros em AAV, indicador que estima o valor publicitário do espaço ocupado pelas notícias.

No âmbito da área de estudos da Fundação, o *policy paper* intitulado *Automação e Inteligência Artificial no Mercado de Trabalho Português* teve um impacto mediático particularmente significativo, sendo mencionado em 184 notícias e alcançando um AAV superior a 6 milhões de euros.

Na lista de estudos que conquistaram maior visibilidade mediática, seguem-se dois barómetros: o *Barómetro do Turismo*, citado em 82 notícias, com um AAV de 5,3 milhões de euros, e o *Barómetro do Poder Local*, mencionado em 139 notícias e registando 4,5 milhões de euros de AAV.

Handwritten marks and signatures at the bottom left of the page.

Destaque ainda para a atualização do estudo *Portugal Desigual: Um retrato das desigualdades de rendimentos e da pobreza no país*, que gerou 186 notícias e quase 4 milhões de euros de AAV.

No que respeita à base de dados Pordata, foram enviados oito comunicados de imprensa. O que conquistou maior impacto e visibilidade mediática diz respeito aos «Retratos dos Municípios», enviado em setembro e enquadrado no contexto de eleições autárquicas, que se traduziu em 542 notícias e quase 30 milhões de euros de AAV. De seguida, o comunicado com atualização de dados sobre a pobreza em Portugal, no âmbito do Dia para a Erradicação da Pobreza, em outubro, com 165 notícias e mais de 3,5 milhões de euros de AAV, e o comunicado divulgado no Dia da Mulher, em março, com 152 notícias e 3,3 milhões de euros de AAV. Destaque ainda para os comunicados de imprensa do Dia do Trabalhador e do Dia do Ambiente, cada um com 2,2 milhões de euros de AAV, e para o comunicado, enviado em maio, com dados sobre eleições legislativas, que contou com 81 notícias e 2 milhões de euros de AAV. Por fim, os comunicados do Dia dos Migrantes, em dezembro, com 70 notícias e 1,4 milhões de AAV, e do Dia da População, em julho, com 53 notícias e 1 milhão de euros de AAV.

A área de publicações contou com um total de 450 notícias, um crescimento de 23% em relação ao ano anterior, gerando um AAV de 17,6 milhões de euros, mais 15% do que no período homólogo. Os livros que receberam maior destaque na comunicação social foram quatro ensaios: *Aprender*, da autoria de Nuno Crato, com mais de 4,4 milhões de euros em AAV; *A Participação Cívica em Portugal* da autoria de José Carlos Mota; *Desigualdades em Saúde* da autoria de Ricardo de Sousa Antunes; *Avós e Neto* da autoria de Ricardo Peixoto.

Parcerias de media

Em 2025, a Fundação estabeleceu parcerias de conteúdos com vários meios de comunicação social, abrangendo imprensa escrita, canais nacionais de televisão generalistas e de informação e algumas das rádios com maior audiência. Esta

abrangência evidencia o reconhecimento, por parte dos *media*, do rigor e da excelência que caracterizam os conteúdos da Fundação.

Em televisão, a Fundação colaborou com a RTP1 e a RTP3; com a TVI e a CNN; com a SIC e a SIC Notícias; com a CMTV e o NOW.

No que respeita à imprensa escrita, a Fundação esteve presente com artigos regulares ou análises de fundo no *Expresso* e no *Jornal Económico* e com artigos e colunas semanais na revista *Domingo*, do *Correio da Manhã*.

Nas rádios, foram transmitidos programas semanais na Renascença e avançou a parceria com a rádio Observador para um *podcast* sobre saúde mental, com casos reais e entrevistas às autoras da coleção «Pela Sua Saúde — Saúde Psicológica e Bem-Estar», da Fundação.

Segue-se um resumo das parcerias por cada órgão de comunicação social.

RTP

Coprodução do documentário *Diploma de Sáida*, com a RTP1, emitido em junho, sobre o desafio estrutural de preparar o país para competir por talento num mundo sem fronteiras, com uma audiência total de mais de um milhão de espectadores.

Foram emitidos, na RTP1, na RTP3, na RTP Internacional e Play, os últimos minidocumentários da série «E depois da Revolução?», produzidos no âmbito do projeto Cinco Décadas de Democracia, sobre temas de economia, democracia, população e igualdade de género.

Em setembro, a RTP divulgou também os «Retratos dos Municípios», da Pordata, com pequenos «bilhetes de identidade» dos municípios a anteceder os debates com os candidatos às eleições autárquicas e com a sistematização de dados, por temas, na RTP1 e na RTP3.

CMTV/NOW

À semelhança do ano anterior, foram transmitidos oito programas da série «Falar global», com entrevistas aprofundadas a autores de publicações da Fundação, bem como 44

FS
22

retratos da Pordata, emitidos semanalmente ao sábado e com repetições ao longo da semana (num total de 404 emissões ao longo do ano). Estes programas alcançaram 17 milhões de espectadores, um valor semelhante ao do ano anterior, e registaram 17,5 milhões de euros de AAV. No âmbito da parceria com o NOW, foram transmitidos oito programas da série «Global 5.0», com entrevistas a autores dos estudos, barómetros e *policy papers* da Fundação.

EXPRESSO, SIC E SIC NOTÍCIAS

Dando continuidade ao sucesso da parceria, estabelecida em 2023, com a SIC Notícias e o *Expresso*, foi renovada a colaboração para divulgar os barómetros da Fundação. Em 2025, a parceria deu visibilidade ao *Barómetros do Poder Local*, em setembro, e ao *Barómetro do Turismo*, em novembro. As conclusões dos barómetros foram desenvolvidas e analisadas em peças no *Jornal da Noite* da SIC, debates na SIC Notícias, artigos na SIC *online* e no *Expresso online* e em entrevistas aos autores refletidas também em artigos na edição em papel do semanário. Os resultados globais foram de quase 10 milhões de euros de AAV e 2,4 milhões de espectadores em televisão.

Na SIC Notícias, destacou-se a continuação da rubrica semanal «Factos que contam», com apresentação objetiva de dados e factos sobre os principais desafios que o país enfrenta, em nove edições emitidas semanalmente, em horário nobre, inseridas no programa *Grande Edição*. Diferenciando-se dos formatos tradicionais, a rubrica recorreu a uma componente gráfica rigorosa para expor tendências e indicadores oficiais, afastando-se da mera opinião para privilegiar uma abordagem empírica e fundamentada. Entre os temas abordados, destacaram-se os episódios sobre poder local, transportes e mobilidade, produção científica, corrupção, água, turismo, agricultura, consumo e poder de compra, assegurando um retrato abrangente e esclarecedor da realidade portuguesa.

Entre 25 de julho e 15 de agosto, a Fundação firmou uma parceria com o *Expresso*, para o desenvolvimento do projeto Desconectados, uma coleção de quatro livros oferecidos juntamente com o semanário, em que quatro especialistas analisam os efeitos do digital nas relações sociais, na saúde mental, na educação e na forma como vivemos. Nas quatro

semanas em que o semanário saiu com livros da Fundação, o jornal vendeu mais 10% do que nas edições anteriores.

TVI/CNN

Em 2025, a Fundação avançou com uma parceria com a TVI para promover as publicações da FFMS no programa *Dois às 10*, com entrevistas aos autores dos livros. Estas conversas informais, num registo adaptado ao conceito de programa de *daytime*, com o objetivo de chegar a um público o mais abrangente possível, foram acompanhadas por 3,5 milhões de pessoas.

Rádio Renascença

Foi mantida a parceria existente, incluindo a emissão do *podcast* «Da Capa à Contracapa», às terças-feiras, às 23h15, e das rubricas «A Fundação Dá Que Pensar», às terças, às 19h15, e «A Fundação Sugere», aos sábados, entre as 08h00 e as 09h00. Em 2025, os programas da Fundação na Rádio Renascença alcançaram mais de 7 milhões de pessoas, uma descida de 29% em relação a 2024, relacionada com a revisão em baixa das audiências de rádio.

Jornal Económico

A parceria com o *Jornal Económico* decorreu entre janeiro e agosto de 2025, através da publicação de artigos mensais, em papel e *online*, escritos por autores de ensaios e retratos da Fundação.

Observador

A Fundação estabeleceu uma parceria com o Observador para a concretização do *podcast* «Eu posso ser...», sobre saúde mental, com casos reais e entrevistas às autoras da coleção «Pela Sua Saúde — Saúde Psicológica e Bem-Estar», publicada pela Fundação. Foram realizados cinco episódios, com narração da atriz Sofia Ribeiro e banda sonora original da compositora e cantora Maro, transmitidos também na Rádio Observador, que chegaram a 190 mil pessoas e cujos *teasers* nas redes sociais registaram 1,4 milhões de visualizações.

AS
→
VB LL

11. Relatório Financeiro do Exercício de 2025

O relatório financeiro reflete as contas da Fundação.

As entregas prometidas e contratadas com a Família Fundadora foram concretizadas junto da Fundação conforme o plano estabelecido no contrato, mais uma vez traduzindo a confiança depositada nos órgãos sociais da Fundação.

O Conselho de Administração prossegue uma política financeira cuidadosa e esforça-se por manter as reservas financeiras existentes, garantindo sempre os meios para cumprir os compromissos assumidos.

O Conselho de Administração dotou a Fundação de um corpo de colaboradores ajustado aos projetos em curso, refletido no custo de funcionamento e nos custos de pessoal, referidos no Relatório e Contas.

A distribuição temática e funcional dos projetos revela consistência e continuidade de opções e de métodos associados à atividade da Fundação.

De acordo com a deliberação do Conselho de Administração de 24 de junho de 2016, os resultados líquidos dos exercícios apurados anualmente, positivos ou negativos, são transferidos para o Fundo Patrimonial na rubrica de Resultados Transitados, pelo que o Conselho de Administração propõe que o resultado positivo apurado no exercício de 2025, de 475 400€, seja transferido para os Resultados Transitados. No final do ano, os Fundos Patrimoniais totalizam 10 654 201€.

12. Perspetivas para 2026

Estando em plena implementação a estratégia a dez anos, iniciada em 2023, com vista ao impacto, à internacionalização e ao reforço da afirmação institucional, e tendo a Fundação obtido no último inquérito de notoriedade os mais altos níveis de reconhecimento público até hoje verificados, em 2026 procurar-se-á prosseguir o trabalho desenvolvido até aqui, privilegiando-se as atividades que mais contribuem para a missão da Fundação, garantindo-se o foco, o que será essencial para que o trabalho da Fundação chegue com qualidade e impacto aos mais diversos públicos nos formatos mais adequados.

Assinalando-se, a 1 de janeiro de 2026, os 40 anos da adesão oficial de Portugal à então Comunidade Económica Europeia, a Fundação Francisco Manuel dos Santos considerou que esta efeméride justifica a criação de um programa de atividades próprio, a que chamou «Portugal Europeu», que decorrerá ao longo de 2026 e procurará analisar os impactos da adesão às instituições europeias, contribuindo, sobretudo, para uma reflexão profunda sobre o atual nível de solidez do projeto europeu e os desafios que, previsivelmente, este enfrentará num futuro próximo.

Entre as várias iniciativas previstas no âmbito do programa «Portugal Europeu» — um mote que será utilizado em boa parte da comunicação institucional da Fundação ao longo do ano —, contam-se o lançamento de uma nova área na Pordata: os «Retratos de Portugal na Europa»; a divulgação do estudo, produzido com a Brookings Institution, sobre a transição energética na Europa, com a realização de uma conferência em Lisboa; a produção de *data briefings* a partir dos inquéritos da plataforma Eupinions, em parceria com a Fundação Bertelsmann; a publicação de um ensaio sobre prospetiva estratégica, que incluirá várias comparações com outras geografias e reflexões sobre a União Europeia; a edição de um estudo sobre elites governativas em Portugal, em perspetiva comparada com outras democracias da Europa do Sul; e ainda duas séries nos *podcasts* «[IN]Pertinente» e «Da Capa à Contracapa».

VS
AS

Continuará a ser dada prioridade à análise de políticas públicas e à recomendação de reformas estruturais, promovendo-se iniciativas com *stakeholders* e decisores, o estabelecimento de parcerias mediáticas e a realização de projetos em colaboração com outras entidades. Prevê-se o lançamento de novos estudos, barómetros, *policy papers* e *data briefs*, bem como a realização de mais uma edição da Escola de Verão.

Por forma a garantir que a informação produzida pela Fundação é pertinente para a sociedade portuguesa e chega aos públicos visados — cidadãos ou decisores —, será criada uma área de conteúdos e relações institucionais, com vista ao desenvolvimento de relações de trabalho com *stakeholders* diversos e de novos formatos de divulgação de dados mais adequados a cada público-alvo. Tal permitirá responder a pedidos de informação de parceiros relevantes, produzir *briefings* sobre determinados temas, definir que entidades devem ser estrategicamente municiadas com conteúdos e estabelecer, bem como manter, esses contactos.

Tendo como objetivo a promoção do conhecimento da realidade portuguesa, a área das publicações lançará ensaios, retratos e outros livros, entre os quais, como vem sendo habitual, um livro de prestígio por ocasião do Natal. Manter-se-ão as apresentações de cada livro em debates, bem como a sua divulgação através de parcerias com meios de comunicação social e outras entidades.

Na Pordata, perante os problemas que foram identificados em 2025, cuja resolução passará pela revisão da arquitetura e do modelo de dados implementados, o novo portal será temporariamente desativado; enquanto decorrerem os trabalhos, reativar-se-á o antigo *site*, dotando-o de novas áreas interativas — os «Retratos dos Municípios», lançados em setembro de 2025, mas também, como já referido, os «Retratos de Portugal na Europa» — e de uma estética mais próxima da atual, por forma a garantir uma transição tão fluida quanto possível. Será retomada a comunicação regular da Pordata, com vista a informar a sociedade, a fazer com que cada vez mais pessoas visitem o portal e a aumentar a quantidade de menções nos *media*.

Será consolidada a estratégia em curso de aproximação da Fundação a públicos mais jovens, através da programação própria e do desenvolvimento de parcerias estratégicas. Sem descurar a presença na televisão, prevê-se uma aposta cada vez maior na

comunicação digital, procurando-se aumentar o impacto e a relevância dos conteúdos da FFMS, para que estes cheguem a posições cimeiras nos resultados dos motores de busca. O portal da Fundação será estrategicamente adaptado às novas exigências de SEO (*search engine optimization*) dos motores de busca e *chats* de inteligência artificial, garantindo-se que os conteúdos estão onde os utilizadores os procuram. Dar-se-á continuidade à comunicação através das redes sociais e investir-se-á em novos formatos, com durações mais adequadas ao que cada público privilegia e procurando-se alternativas às plataformas que, em 2025, passaram a restringir o patrocínio de conteúdos considerados políticos ou sociais.

Tendo presente a missão da Fundação e considerando a estratégia atualmente em curso para a sua persecução, a atividade e os resultados alcançados continuarão a ser alvo de monitorização contínua, acrescentando-se novos dados de análise, nomeadamente através de um inquérito a *stakeholders* estratégicos, à menção ao trabalho da FFMS em sessões da Assembleia da República, à referência a projetos da Fundação em manuais escolares e em teses académicas, o número de impressões em motores de busca e as visitas aos portais com origem em *chats* de IA.

Em 2026, serão ainda identificadas as prioridades estratégicas da Fundação para o próximo triénio, tendo presente a sua missão estatutária, bem como a atualidade do país e do mundo, as características do debate público e as preocupações da sociedade. Será fundamental uma reflexão a três dimensões — reputacional, científica e organizacional — sobre as áreas temáticas e o modo como poderão vir a ser trabalhadas.

Lisboa, 8 de abril de 2026

O Conselho de Administração:

Fátima Barros, presidente (Comissão Executiva)



António Araújo, vogal (Comissão Executiva)



Teresa Mourão-Ferreira, vogal (Comissão Executiva)



Luísa Loura, vogal (Comissão Executiva)



Inês Soares dos Santos Canas, vogal



ANEXOS

Anexo I, Carta de Princípios

A Fundação Francisco Manuel dos Santos propõe-se pensar, estudar e contribuir para o melhor conhecimento da realidade portuguesa. É seu propósito colaborar no esforço de resolução dos problemas da sociedade, em benefício de todos os Portugueses e das gerações futuras.

Para alcançar esse objetivo, a Fundação Francisco Manuel dos Santos promoverá a realização de estudos, trabalhos de investigação e outras iniciativas que, obedecendo aos mais elevados padrões de rigor e qualidade, permitam uma melhor compreensão da realidade, apresentem soluções concretas e recomendações para os decisores, aprofundem o debate em torno dos grandes problemas nacionais e contribuam para a justiça, para o desenvolvimento e para o reforço da coesão social.

A atividade da Fundação Francisco Manuel dos Santos será norteadada pelos princípios da dignidade da pessoa humana e da solidariedade social, e pelos valores da democracia, da liberdade, da igualdade de oportunidades, do mérito e do pluralismo.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos atuará com absoluta independência relativamente a todos os poderes públicos e privados, ideologias, correntes de opinião, tendências filosóficas, credos ou confissões religiosas. Os seus órgãos são os garantes do cumprimento das normas estatutárias, designadamente da sua independência.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos considera essencial promover um envolvimento mais ativo da sociedade civil na reflexão e na resolução dos problemas nacionais, pelo que envidará todos os esforços para dar aos cidadãos o mais amplo conhecimento das suas iniciativas e projetos. Nesse sentido, a Fundação Francisco Manuel dos Santos procurará fornecer à sociedade portuguesa informação

clara, objetiva e rigorosa sobre os resultados das suas atividades, garantindo ainda a máxima transparência quanto à sua organização, os seus fins, as suas fontes de financiamento e as suas atividades.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos entende que a realização de debates públicos alargados e plurais em torno das suas recomendações é um objetivo tão importante quanto a realização de estudos e trabalhos de investigação.

Na prossecução das suas atividades, a Fundação Francisco Manuel dos Santos procurará ser fiel ao compromisso de responsabilidade social que constitui a sua missão, tal como foi definida pelos Fundadores.

AS
2022

Anexo II, Estatutos

Artigo 1.º (Natureza)

A Fundação Francisco Manuel dos Santos, criada pela sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.A. (Fundadora), é uma pessoa coletiva de direito privado, sem fins lucrativos, que se rege pelos presentes Estatutos e, no que neles for omissos, pela Lei Portuguesa.

Artigo 2.º (Fins e Objeto)

1. O fim primordial da Fundação é o de promover e aprofundar o conhecimento da realidade portuguesa, procurando desse modo contribuir para o desenvolvimento da sociedade, o reforço dos direitos dos cidadãos e a melhoria das instituições públicas. Com esse propósito fundamental, sem prejuízo da realização de outras atividades adequadas à prossecução dos seus fins, a Fundação promoverá estudos em diversas áreas, elaborando análises sobre temas selecionados, publicando os resultados, formulando recomendações e fomentando a discussão pública sobre as matérias que são objeto dos trabalhos.

2. As áreas abrangidas serão as mais variadas, com especial relevo para: a) População e demografia; b) Condições sociais e económicas das famílias e das pessoas; c) O desenvolvimento económico, social e humano; d) Identidade nacional e cultural; e) O Estado, a Administração Pública, as instituições democráticas e a organização do território; f) A Justiça, os Direitos e deveres dos cidadãos; g) O Estado de proteção social, a Saúde, a Educação e a Segurança social; h) As políticas públicas; i) A sociedade civil, as instituições privadas, as associações e as empresas.

3. Os projetos a realizar pela Fundação deverão satisfazer os mais elevados critérios de rigor científico e independência de análise; traduzir uma real pluralidade de opiniões;

garantir a liberdade crítica e de expressão dos seus autores; ter como prioridade as questões relevantes da sociedade.

4. A Fundação será independente de organizações e interesses políticos, partidários, económicos, religiosos e outros.

5. A Fundação aprovará uma Carta de Princípios e um Código de Boas Práticas, documentos esses que serão amplamente divulgados e incluirão normas e regras de conduta que os titulares dos órgãos sociais se comprometerão a cumprir e fazer cumprir.

Artigo 3.º (Exclusões)

A Fundação não poderá conceder donativos ou por outros meios promover quaisquer atividades de prestação de cuidados de saúde, beneficência, desporto, criação artística, expressão cultural, educação, formação académica ou profissional, investigação científica individual, nem contribuir para custos gerais e correntes de entidades ou organizações, construção de edifícios, aquisição de equipamentos e viaturas, aluguer de instalações, participação em conferências e congressos, espetáculos, atividades de cariz político ou partidário, associativismo profissional, nem colaborará em apelos públicos de recolha de fundos, organização de exposições ou museus e preservação do património cultural ou edificado.

Artigo 4.º (Duração)

A Fundação tem duração ilimitada.

Artigo 5.º (Sede)

A Fundação tem sede no Largo Monterroio Mascarenhas, n.º 1, 1099-081 Lisboa, freguesia de Campolide, Concelho de Lisboa.

O Conselho de Administração poderá criar delegações ou outras formas de representação onde for considerado necessário ou conveniente para a realização do seu fim.

Artigo 6.º (Património)

1. O património da Fundação é constituído:

- a) Por um capital inicial próprio de € 1 000 000,00 (um milhão de euros), que a Fundadora lhe destinou;
- b) Pelas dotações que vierem a ser contratadas com a Fundadora;
- c) Pelo produto, em bens ou direitos, de quaisquer subsídios, donativos, heranças, legados ou cedências a título gratuito, de quaisquer entidades, públicas ou privadas, portuguesas ou estrangeiras;
- d) Por todos os bens, móveis ou imóveis, e direitos que a Fundação venha por outro modo a adquirir;
- e) Pelos rendimentos resultantes da gestão do seu património;
- f) Pelo produto dos empréstimos que venha a contrair;
- g) Pelos rendimentos provenientes dos serviços prestados no desenvolvimento da sua atividade.

2. Para todos os efeitos, é expressa vontade da Fundadora conferir a natureza de rendimentos da Fundação aos benefícios económicos referidos nas alíneas b) a g) do número anterior, bem como a quaisquer outros benefícios económicos auferidos pela Fundação com exceção dos relacionados com o capital inicial próprio referido na alínea a) do número anterior ou outros a que seja especificamente atribuída a natureza de capital próprio.

Artigo 7.º (Investimentos e Contribuições)

A Fundação pode alienar e onerar bens ou direitos e contrair obrigações, bem como realizar investimentos, nos termos que a sua administração julgue adequados à

prossecução dos seus fins ou à realização de uma aplicação mais produtiva ou segura dos valores do seu património.

A Fundação não pode aceitar doações, heranças ou legados sujeitos a condição ou a encargo que contrariem o seu objeto, finalidade e independência.

Artigo 8.º (Órgãos da Fundação)

São órgãos da Fundação o Conselho de Curadores, o Órgão de Fiscalização, o Conselho de Administração e a Comissão Executiva.

Artigo 9.º (Conselho de Administração)

1. O Conselho de Administração é composto por cinco a onze membros, sempre em número ímpar, um dos quais será o presidente, dele fazendo parte a Comissão Executiva conforme previsto no artigo 11.º.
2. O mandato dos membros do Conselho de Administração é de cinco anos, sendo renovável até duas vezes.
3. O presidente e os restantes membros do Conselho de Administração são eleitos pelo Conselho de Curadores, sob proposta do presidente deste.
4. Se um membro do Conselho de Administração for membro do Conselho de Curadores, suspende o respetivo mandato neste último Conselho enquanto exercer aquelas funções.
5. As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria, tendo o presidente voto de qualidade.

Artigo 10.º (Competência do Conselho de Administração)

1. Compete em especial ao presidente do Conselho de Administração promover os projetos tendentes à realização dos fins da Fundação.

AS
→
tm-AL

2. Compete ainda ao presidente do Conselho de Administração, sempre que considerar adequado, propor ao Conselho de Curadores a adoção e/ou alteração de quaisquer formas de organização interna da Fundação.

3. Compete ao Conselho de Administração gerir o património da Fundação, bem como deliberar sobre propostas de alteração dos estatutos, de modificação e de extinção da Fundação e, em especial:

a) Administrar o património da Fundação, praticando todos os atos necessários a esse fim, incluindo os atos previstos no n.º 1 do artigo 7.º;

b) Aprovar os planos anuais de atividade, o relatório, o balanço e as contas do exercício, submetendo-os à aprovação do Conselho de Curadores;

c) Aprovar o orçamento anual;

d) Instituir e manter sistemas internos de controlo contabilístico, de forma a refletirem, precisa e totalmente em cada momento, a situação patrimonial e financeira da Fundação;

e) Deliberar sobre a abertura de delegações ou outras formas de representação;

f) Proceder à aceitação de donativos, patrocínios, participações e subsídios destinados a projetos concretos da Fundação.

Artigo 11.º (Comissão Executiva)

1. A Comissão Executiva faz parte do Conselho de Administração e é constituída por um presidente e quatro vogais. O presidente da Comissão Executiva pode acumular funções com as de presidente do Conselho de Administração.

2. A Comissão Executiva é eleita pelo Conselho de Administração na primeira reunião do mesmo que tiver lugar, exceto se os seus membros tiverem já sido expressamente designados pelo Conselho de Curadores no âmbito da eleição do Conselho de Administração.

3. Competem, em geral, à Comissão Executiva funções de gestão corrente da Fundação e, em especial:

a) Contratar, gerir e dirigir o pessoal;

b) Avaliar e aprovar propostas de projetos ou atividades e todos os respetivos termos e condições, aprovar a concessão de subsídios, apoios ou empréstimos a projetos específicos e quaisquer outras despesas da Fundação;

c) Tomar todas as decisões e exercer todas as funções que não estejam expressamente cometidas a outro órgão.

4. As deliberações da Comissão Executiva são tomadas por maioria, tendo o presidente voto de qualidade.

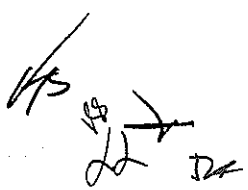
Artigo 12.º (Vinculação da Fundação)

1. O Conselho de Administração representa a Fundação, em juízo ou fora dele, com poderes de delegação em qualquer dos vogais do Conselho de Administração.

2. A Fundação obriga-se pela assinatura conjunta de dois membros do Conselho de Administração, um dos quais deverá ser membro da Comissão Executiva.

3. O Conselho de Administração, bem como a Comissão Executiva, podem constituir mandatários, delegando-lhes competência, podendo, nesse caso, a Fundação ficar obrigada pela assinatura conjunta de um membro do Conselho de Administração e de um mandatário nos termos estabelecidos no mandato.

Artigo 13.º (Conselho de Curadores)



1. O Conselho de Curadores é composto por cinco a nove Membros, designados de entre personalidades de mérito reconhecido e integridade moral comprovada e com competência nos domínios adequados ao desempenho das atividades da Fundação.

2. O presidente do Conselho de Curadores é designado pela Fundadora, enquanto esta tiver existência jurídica. Se a Fundadora não tiver existência jurídica no momento da designação, o presidente será eleito por maioria dos votos dos membros do próprio Conselho de Curadores.

3. Os demais membros do Conselho de Curadores são designados por deliberação do próprio Conselho, sob proposta do presidente do Conselho de Curadores.

4. O mandato dos membros do Conselho de Curadores terá a duração de cinco anos, podendo ser prorrogado uma única vez por idêntico período. Pode, no entanto, o mandato de qualquer dos membros ser renovado para além do segundo período, por proposta do presidente do Conselho de Curadores e deliberação por maioria de dois terços dos seus membros.

5. A limitação de mandatos prevista no número anterior não se aplica ao presidente do Conselho de Curadores.

6. O mandato dos membros do Conselho de Curadores cessa:

- a) Por decurso do tempo, conforme disposto no número 4;
- b) Por morte ou incapacidade permanente;
- c) Por renúncia por carta dirigida ao presidente do Conselho de Curadores;

d) Por exclusão deliberada em escrutínio secreto por maioria de dois terços dos membros do Conselho em funções, com fundamento em indignidade, falta grave ou desinteresse manifesto no exercício das funções.

7. O Conselho de Curadores reúne pelo menos uma vez por semestre, e extraordinariamente sempre que convocado pelo seu presidente, de sua iniciativa ou a pedido do presidente do Conselho de Administração ou da maioria dos membros do Conselho de Curadores.

8. Os membros do Conselho de Curadores podem fazer-se representar nas reuniões por outro membro, mediante comunicação escrita previamente dirigida ao presidente, com exceção das votações a que se refere o artigo 16.º.

9. As funções de membro do Conselho de Curadores não são remuneradas, sendo-lhes, no entanto, atribuídas subvenções de presença e de transporte e ajudas de custo.

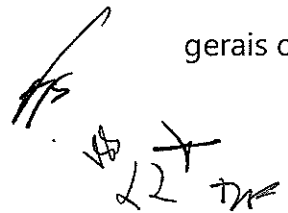
10. Salvo disposição em contrário, as deliberações do Conselho de Curadores são tomadas por maioria, tendo o seu presidente voto de qualidade.

11. Os membros do Conselho de Administração e/ou da Comissão Executiva podem participar nas reuniões do Conselho de Curadores, a convite do respetivo presidente, sem direito de voto.

Artigo 14.º (Competência do Conselho de Curadores)

1. Compete ao Conselho de Curadores:

a) Garantir a manutenção dos princípios orientadores da Fundação e aprovar as linhas gerais do seu funcionamento e da prossecução dos seus fins;

Handwritten signature and initials in the bottom left corner, including a large stylized signature and the initials '22' and 'DR'.

- b) Designar, nos termos do artigo 9.º, n.º 3, os membros do Conselho de Administração;
- c) Destituir os membros do Conselho de Administração;
- d) Deliberar sobre as propostas do presidente do Conselho de Administração, apresentadas nos termos do Artigo 10.º, n.º 2, quanto à adoção e/ou alteração de quaisquer formas de organização interna da Fundação, através da adoção de regulamentos internos, resoluções ou qualquer outro modo considerado conveniente;
- e) Designar os seus próprios membros, nos termos do artigo 13.º;
- f) Apreciar e aprovar o relatório, balanço e contas do exercício preparados pelo Conselho de Administração;
- g) Designar o Órgão de Fiscalização, nos termos do artigo 15.º;
- h) Definir o estatuto remuneratório dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, bem como o valor das subvenções e ajudas de custo dos seus próprios membros, através de uma comissão composta por três membros do Conselho de Curadores, um dos quais o respetivo presidente;
- i) Aprovar a aceitação de donativos, subsídios, heranças ou legados de quaisquer entidades, fora dos casos previstos no artigo 11.º, n.º 3, c), quer impliquem ou não para a Fundação a constituição de encargos ou o estabelecimento de condições.

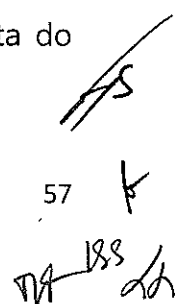
2. A comissão referida na alínea h) do número anterior é eleita pelo Conselho de Curadores, sob proposta do presidente, que também preside à mesma, e delibera sob a sua proposta.

Artigo 15.º (Fiscalização)

1. A fiscalização da Fundação é exercida por um Conselho Fiscal composto por um presidente e dois vogais.

2. O órgão de fiscalização é designado pelo Conselho de Curadores, sob proposta do presidente deste, tendo os mandatos a duração de cinco anos.

57



Handwritten signature and initials, including the number 57, located in the bottom right corner of the page.

3. Compete ao órgão de fiscalização:

- a) Examinar e emitir parecer, anualmente, sobre o balanço e as contas do exercício a aprovar pelo Conselho de Administração e pelo Conselho de Curadores;
- b) Verificar periodicamente a regularidade da escrituração da Fundação;
- c) Examinar e emitir parecer, trimestralmente, sobre as contas apresentadas pela Comissão Executiva.

Artigo 16.º (Modificação dos Estatutos, Transformação e Extinção)

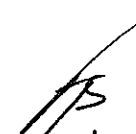
1. A modificação dos presentes Estatutos e transformação e extinção da Fundação só podem ser deliberadas sob proposta do presidente do Conselho de Curadores, mediante aprovação em reunião conjunta do Conselho de Administração e do Conselho de Curadores, tomada nos seguintes termos, sem prejuízo das disposições legais em vigor sobre a matéria:

- a) A proposta terá de obter os votos favoráveis da maioria dos membros em efetividade de funções de cada um daqueles Conselhos, individualmente considerados; e sem prejuízo da anterior alínea a), a proposta terá ainda de obter os votos favoráveis de dois terços da totalidade dos membros dos referidos Conselhos em efetividade de funções, conjuntamente considerados;
- b) Em caso de extinção, o património da Fundação terá o destino que, por deliberação conjunta dos órgãos referidos no número anterior, for julgado mais conveniente para a prossecução do fim para que foi instituída, sem prejuízo das disposições legais aplicáveis quanto ao destino dos bens em caso de extinção.

Artigo 17.º (Vontade da Fundadora)

Handwritten notes:
15
15
22
DZ

Os presentes Estatutos refletem integralmente a vontade da sociedade Fundadora e quaisquer dúvidas que surjam quanto à interpretação ou aplicação dos mesmos deverão ser resolvidas pela mesma ou, caso esta não tenha existência jurídica, pelo Conselho de Curadores.


K
188
H

Anexo III, Declaração de Princípios e Código de Boas Práticas

I — DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS

A Fundação Francisco Manuel dos Santos, constituída a 12 de fevereiro de 2009, é uma instituição sem fins lucrativos que tem como fim primordial promover e aprofundar o conhecimento da realidade portuguesa, procurando desse modo contribuir para o desenvolvimento da sociedade, o reforço dos direitos dos cidadãos e a melhoria das instituições públicas. A Fundação acredita que o incremento do pensamento e do estudo sobre a realidade nacional pode contribuir decisivamente para o seu melhor conhecimento e, dessa forma, para a resolução dos seus problemas, em benefício de todos os Portugueses da geração presente e das gerações futuras.

Com vista a alcançar estes seus propósitos, e sem prejuízo da realização de outras iniciativas adequadas à prossecução dos seus fins, a Fundação Francisco Manuel dos Santos dedica-se e continuará a dedicar-se a promover a realização de estudos, trabalhos de investigação e outras iniciativas nas mais diversas áreas, que — assegurando os mais elevados padrões de rigor científico, qualidade e independência de análise — tenham por escopo elaborar uma análise profunda e conhecedora de temas relevantes para a nossa sociedade, apresentando soluções concretas e recomendações para os decisores, aprofundando o debate em torno dos grandes problemas nacionais, e, desse modo, contribuindo para a justiça, para o desenvolvimento e para o reforço da coesão social.

Por meio destas obras, estudos e projetos — os quais, por imperativo inderrogável, devem traduzir uma real pluralidade de opiniões e garantir a liberdade crítica e de expressão dos seus autores —, a Fundação Francisco Manuel dos Santos espera melhorar o conhecimento da realidade nacional, sobretudo junto da sociedade civil, cujo envolvimento ativo na reflexão e na resolução dos problemas nacionais se afigura essencial para a sua digna resolução.

Aliás, justamente com vista a promover esse envolvimento, a Fundação Francisco Manuel dos Santos compromete-se ainda a envidar todos os esforços para dar aos cidadãos o

FP
VSS
L2
TR

mais amplo conhecimento das suas iniciativas e projetos. Nesse sentido, a Fundação Francisco Manuel dos Santos procurará fornecer à sociedade portuguesa informação clara, objetiva e rigorosa sobre os resultados das suas atividades e iniciativas, garantindo ainda, deste modo, a máxima transparência quanto à sua organização, os seus fins, as suas fontes de financiamento e as suas atividades. Para além disso, a Fundação Francisco Manuel dos Santos promoverá ainda a realização de debates públicos alargados e plurais em torno das suas recomendações, cuja concretização considera tão importante quanto a realização dos estudos e trabalhos de investigação acima mencionados.

As áreas nas quais a Fundação Francisco Manuel dos Santos pretende focar a sua atividade são muito variadas, embora se devam destacar — por consistirem naquelas onde a intervenção da Fundação Francisco Manuel dos Santos assume tendencialmente maior relevo — as áreas da demografia e população, condições sociais e económicas, desenvolvimento económico e social, saúde, educação, formação profissional, segurança social, Estado, identidade nacional, administração pública, direitos e deveres dos cidadãos, cidadania e instituições democráticas, relações laborais, organização do território, cidades, a questão social, coesão social, desigualdades e conflito, justiça, políticas económicas e sociais, instituições públicas, grandes serviços públicos, relações entre o Estado e os cidadãos, acesso à cultura, informação e comunicação social.

A atividade da Fundação Francisco Manuel dos Santos é, e sempre será, norteada pelos princípios da dignidade da pessoa humana e da solidariedade social e pelos valores da democracia, da liberdade, da igualdade de oportunidades, do mérito e do pluralismo.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos atua, e sempre atuará, com absoluta independência relativamente a todos os poderes públicos e privados, ideologias, correntes de opinião, tendências filosóficas, credos ou confissões religiosas. Os seus órgãos funcionarão como os garantes do cumprimento das normas estatutárias, designadamente da sua independência.

Na prossecução das suas atividades, a Fundação Francisco Manuel dos Santos procurará ser fiel ao compromisso de responsabilidade social que constitui a sua missão, tal como foi definida pela Fundadora.

61
RS
TR
22

II — CÓDIGO DE BOAS PRÁTICAS

Introdução e Princípios Gerais

A Fundação Francisco Manuel dos Santos, adiante designada «Fundação» ou «FFMS», rege-se pelos seus Estatutos, pela sua Carta de Princípios e pelo presente Código de Boas Práticas.

A Fundação rege-se:

- a) – Pelo **princípio da transparência** de normas e procedimentos, sendo públicos todos os seus códigos, regulamentos e dispositivos normativos, e devendo as atas das reuniões dos seus órgãos estatutários reproduzir integral e fidedignamente o que nelas ocorreu;
- b) – Pelo **princípio democrático**, sendo as decisões dos seus órgãos colegiais tomadas por maioria e igualdade de votos, com voto de qualidade nos casos especificamente previstos;
- c) – Pelo **princípio da lealdade institucional**, cabendo a todos os titulares de órgãos estatutários e colaboradores da FFMS o cumprimento dos princípios e da missão da Fundação e, bem assim, dos seus regulamentos e normas e das deliberações dos seus corpos diretivos, devendo ainda agir de acordo com padrões de boa-fé, diligência, responsabilidade, zelo e cuidado, e ainda por elevados princípios éticos de integridade e lealdade, em conformidade com os princípios de ética e conduta profissional elencados no presente Código de Boas Práticas;
- d) – Pelos **princípios da verdade e da legalidade**, assumindo a Fundação o compromisso de que toda a informação por si prestada é atual, objetiva, verdadeira, clara e completa, respeitando as disposições legais, regulamentares e contratuais aplicáveis.

FFS
FFS
2/2/20

Âmbito de aplicação

Salvo disposição em contrário, o Código de Boas Práticas da Fundação é aplicável a todos os titulares dos seus órgãos estatutários e a todos os colaboradores, constituindo também uma referência para o público no que se refere aos padrões de ética e conduta exigíveis à Fundação.

Princípios e regras funcionais

Relação com o público

A conduta dos titulares dos órgãos estatutários e dos colaboradores da Fundação nas relações com os beneficiários da ação da FFMS deve pautar-se por práticas honestas, transparentes, esclarecidas, profissionais e diligentes, por forma a desenvolver vínculos de confiança e credibilidade, dessa forma contribuindo para o sucesso e fiabilidade da Instituição.

Relação com entidades externas à Fundação

Os contactos, formais ou informais, com representantes de outras instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, devem sempre refletir as orientações e as posições da Fundação, devendo os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores pautar o seu relacionamento por critérios de qualidade, integridade, cortesia e transparência.

Seleção e recrutamento de colaboradores e fornecedores

A Fundação seleciona os seus colaboradores e fornecedores mediante uma avaliação objetiva e transparente, tendo por critérios, nomeadamente, o seu mérito, as condições de prestação de serviços e de fornecimento, a garantia de qualidade nos bens e serviços prestados e o cumprimento das melhores práticas ambientais.

Missão

Todos os colaboradores são indispensáveis à prossecução da missão e dos fins estatutários da Fundação, que se pretende sejam desenvolvidos de forma sustentada e alicerçados na criação de uma cultura baseada nos valores da confiança, respeito mútuo, responsabilização e desenvolvimento de objetivos e, bem assim, de disciplina laboral.

Ambiente de trabalho e cultura organizativa

A Fundação assume como objetivos prioritários a criação e manutenção de um clima organizacional e social de bem-estar que estimule o desenvolvimento profissional e pessoal de cada indivíduo e, bem assim, que reconheça e premeie o esforço e a contribuição individual e coletiva com vista à prossecução da sua missão.

Ação social

A Fundação assume o compromisso de desenvolver uma política de ação social efetiva e de integração social tendo em vista responder às necessidades dos colaboradores, com o objetivo de melhorar o seu bem-estar e a sua qualidade de vida.

Proibição de discriminação

Na sua atuação, todos os titulares dos órgãos estatutários e colaboradores da Fundação não podem praticar atos que envolvam qualquer tipo de discriminação ou assédio, nomeadamente com base nas ligações pessoais ou familiares, raça, género, idade, orientação sexual, capacidade física, convicções ideológicas, religiosas ou outras.

Proibição de comportamentos ofensivos

Os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação devem, igualmente, abster-se do uso de linguagem imprópria ou inadequada e de outros comportamentos que, por ação ou omissão, possam ser considerados ofensivos pelos colaboradores ou que consubstanciem qualquer pressão que possa razoavelmente ser considerada abusiva.

Handwritten initials and marks: "FS" with a checkmark, "188", "DL", and "DR".

Proteção de dados pessoais

1 — A Fundação assume o compromisso de proteger os dados pessoais a que, em razão da sua natureza e atividade específica, tenha acesso e/ou dos quais seja depositária, obrigando-se ao cumprimento do dever de confidencialidade, não podendo os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores, por qualquer forma, divulgar, transmitir ou utilizar dados pessoais e/ou informação confidencial, exceto se no âmbito normal das suas funções e/ou em cumprimento da lei ou de decisão judicial transitada em julgado.

2 — Quando verificadas as exceções antecedentemente previstas, os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação conformarão estritamente a sua conduta às normas legais e às melhores práticas em matéria de tratamento de proteção de dados pessoais e informação confidencial.

Higiene, segurança e saúde no trabalho

Os colaboradores da Fundação devem cumprir as ordens e instruções dos seus superiores hierárquicos em matéria de higiene, segurança e saúde no trabalho, devendo, nomeadamente, abster-se do consumo de álcool ou substâncias ilícitas no exercício das suas funções.

Proteção ambiental

Os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação devem adotar as melhores práticas de proteção ambiental, nomeadamente promovendo uma gestão eco-eficiente, de forma a minimizar o impacto ambiental das atividades e uma utilização responsável dos recursos da Fundação.

Dever de zelo e rigor técnico e profissional

Os colaboradores da Fundação devem exercer a sua atividade com o máximo zelo e rigor técnico e profissional, promovendo a melhoria contínua dos padrões de qualidade do serviço prestado pela FFMS, deles se esperando, nomeadamente:

- a) Que conheçam e atuem de acordo com as normas e instruções aplicáveis ao exercício da sua função;
- b) Que procurem continuamente aperfeiçoar e melhorar os seus conhecimentos.

Dever de informação e reporte

Sempre que possível, e de acordo com critérios de razoabilidade e prudência, devem os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação reportar quaisquer atos em desconformidade com a lei e o presente Código, nomeadamente de pressão abusiva ou de assédio, de que tenham conhecimento, não podendo, por isso, ser punidos ou prejudicados.

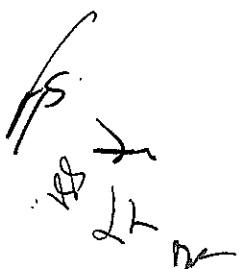
Dever de informação funcional

1 — Para além do adequado desempenho das tarefas de que forem incumbidos, os colaboradores da Fundação deverão proceder de forma transparente, mantendo os seus superiores hierárquicos e outros colaboradores intervenientes nos mesmos processos ao corrente do seu trabalho.

2 — É contrária ao dever de lealdade institucional a omissão de factos ou informações que possam afetar o bom nome, a integridade, ou a qualidade dos serviços prestados pela Fundação, os quais devem ser sempre reportados de acordo com critérios de prudência e razoabilidade e pelos canais hierárquicos adequados.

Reserva funcional e dever de sigilo profissional

1 — Os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação não podem divulgar ou transmitir informações obtidas no desempenho das suas funções, nem a pessoas externas à Fundação, nem a outros colaboradores que delas não necessitem para o cumprimento das suas funções.



2 — É igualmente vedada aos titulares dos órgãos estatutários e aos colaboradores da FFMS a utilização de informação a que tenham acesso no desempenho das suas funções para promover interesses próprios ou de terceiros.

Recursos da Fundação

1 — Cada um dos titulares dos órgãos estatutários e dos colaboradores da Fundação é responsável pelo uso adequado e pela proteção dos ativos e dos recursos da FFMS, ficando, assim, obrigado a utilizar tais ativos e recursos para o respetivo fim social e a proteger os mesmos contra fraude, furto, alteração ou perda decorrente de atos próprios e/ou de terceiros, velando pela sua conservação e pelo seu bom uso.

2 — Compete aos órgãos estatutários e, em particular, aos responsáveis pela gestão dos recursos da Fundação adotar procedimentos e conduta que assegurem a prudência e um uso parcimonioso dos meios disponíveis, o combate ao desperdício e a proscrição de despesas voluptuárias e gastos incompatíveis com o perfil e a missão da FFMS.

3 — Os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação devem respeitar e proteger o património da Fundação. Os recursos da Fundação devem ser utilizados de forma eficiente, com vista à prossecução dos objetivos definidos e não para fins pessoais, devendo os colaboradores zelar pela sua proteção e bom estado de conservação e não permitir a utilização abusiva por terceiros dos seus serviços, equipamentos e instalações.

4 — Os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação devem ainda, no âmbito da sua atividade, adotar todas as medidas adequadas e justificadas no sentido de limitar os custos e as despesas da Fundação, com a finalidade de permitir a utilização mais eficiente dos recursos disponíveis.

Proibição de percepção de ofertas ou outros benefícios

1 — Em respeito pelos princípios da transparência, da imparcialidade e da independência, os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação estão impedidos de receber quaisquer oferendas, pagamentos ou outros benefícios de cliente, fornecedor e/ou beneficiário, que de qualquer forma se relacionem com a sua atividade na Fundação.

2 — Nestes termos, é declarada como norma a recusa deliberada de ofertas cujo valor de mercado exceda os € 150,00.

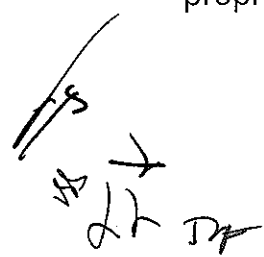
Corrupção

Os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação devem opor-se ativamente a todas as formas de corrupção, ativa ou passiva, tendo especial atenção a quaisquer formas de pagamentos, favores e cumplicidades que possam induzir a criação de vantagens ilícitas, tais como ofertas ou recebimentos de fornecedores ou outras entidades.

Conflito de interesses

1 – Entende-se que existe conflito de interesses, atual ou potencial, sempre que os titulares dos órgãos estatutários ou os colaboradores permanentes da Fundação tenham um interesse pessoal ou privado, direto ou indireto, que em determinada matéria possa influenciar, direta ou indiretamente, o desempenho imparcial e objetivo das suas funções ou por qualquer forma colida, potencial ou efetivamente, com o interesse da Fundação no âmbito de uma determinada deliberação, e, bem assim, de quaisquer circunstâncias relativas ao titular de órgão estatutário ou ao colaborador em causa ou a um terceiro suscetíveis de, naquele contexto, limitar por qualquer forma a sua imparcialidade.

2 — Por interesse pessoal ou privado entende-se qualquer potencial vantagem para o próprio, para os seus familiares e afins, para o seu círculo de amigos, para outro titular de



órgão estatutário ou colaborador permanente da Fundação, para empresa em que tenha interesses ou instituição a que pertença.

3 — Os eventuais conflitos de interesses deverão ser imediatamente comunicados, consoante os casos, ao superior hierárquico, ao presidente do Conselho de Administração ou ao presidente do Conselho de Curadores.

4 — Se o superior hierárquico, o presidente do Conselho de Administração ou o presidente do Conselho de Curadores concluir pela existência de um conflito de interesses, depois de analisada a situação exposta pelo administrador em questão, decidirá que este não participa na discussão e/ou votação das deliberações em apreço ou meramente relacionadas.

5 — As atas das reuniões dos órgãos estatutários da Fundação deverão reproduzir qualquer situação de conflito de interesses assumida pelos respetivos membros.

6 — Os titulares dos órgãos estatutários deverão, consoante os casos, enviar ao presidente do Conselho de Curadores ou ao presidente do Conselho de Administração, nos 30 dias subsequentes à entrada em vigor do presente Código, uma lista das instituições ou empresas das quais sejam membros ou nas quais ocupem qualquer função, bem como proceder à sua atualização sempre que se verificarem quaisquer alterações.

7 — Será criado um Registo de Interesses através de um Regulamento, divulgado na página oficial da Fundação na Internet.

Exclusividade

1 — O exercício pelos colaboradores ou membros da Comissão Executiva de quaisquer atividades profissionais externas à Fundação, remuneradas e não remuneradas, deverá ser sempre previamente autorizado pelo Conselho de Administração.

2 — Os colaboradores ou membros da Comissão Executiva poderão exercer atividades científicas ou acadêmicas, podendo dedicar-se à docência ou à investigação, proferir conferências, redigir livros ou artigos de natureza técnico-científica ou desenvolver outras atividades da mesma natureza, mesmo quando o tema se relacione com o âmbito das suas atribuições profissionais, e ainda exercer funções não executivas em outras instituições.

3 — O exercício de uma atividade profissional externa que diminua substancialmente o tempo disponível dos colaboradores ou membros da Comissão Executiva para o exercício das suas atribuições deverá refletir-se, necessariamente, na respetiva remuneração.

4 — Os colaboradores ou membros da Comissão Executiva da Fundação deverão comunicar ao presidente do Conselho de Administração todas as funções que exercem, a título remunerado ou não remunerado, noutras instituições.

Incompatibilidades

1 — São incompatíveis com o exercício das suas atribuições como colaboradores ou membros da Comissão Executiva da Fundação, nomeadamente, os seguintes cargos ou funções:

- a) Titular ou membro de qualquer órgão de soberania;
- b) Função executiva ou consultiva em outras fundações.

2 — O Conselho de Administração deliberará caso a caso quanto ao exercício de funções executivas em empresas públicas ou privadas pelos membros da Comissão Executiva.

PS
VS X
DA DA

Atividades Políticas

1 — No exercício de atividades cívicas ou políticas, os colaboradores e os titulares dos órgãos estatutários da Fundação devem preservar a independência da FFMS e não comprometer a sua capacidade e a sua aptidão para prosseguir as suas atribuições nos termos dos respetivos Estatutos.

2 — Os membros da Comissão Executiva, Coordenadores e Consultores de Área não podem fazer parte de quaisquer órgãos de direção política ou executiva nacional nem ser porta-vozes de partidos políticos.

Disposições finais

Publicidade



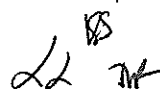
1 — O Código de Boas Práticas da Fundação é público e deverá ser divulgado e colocado à disposição de todos os colaboradores, em suporte eletrónico através da Intranet, e prevê a possibilidade de, através de um processo continuado e participativo, se proceder à sua atualização e adaptação.

2 — A Fundação deverá adotar medidas eficazes para informar o público sobre o presente Código, designadamente disponibilizando-o na sua página oficial na internet.

3 — No processo de admissão de colaboradores da Fundação deverá constar a declaração de conhecimento e aceitação do presente Código.

Sanções

A violação de qualquer norma ou princípio subjacente e imanente ao presente Código de Boas Práticas pode implicar para o incumpridor a abertura de procedimento disciplinar.


71 


Dúvidas e omissões

1 — Para esclarecimento de dúvidas que se coloquem a propósito das matérias objeto do presente Código, para a comunicação de qualquer irregularidade ou para a resolução de eventuais problemas será nomeado um Curador que ficará especialmente responsável pela aplicação do presente Código, devendo ser-lhe veiculado diretamente qualquer pedido de esclarecimento, queixa ou outros assuntos que os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação considerem ser de colocar junto do Conselho de Administração ou do Conselho de Curadores.

2 — Nas situações omissas no presente Código, compete ao Conselho de Administração ou ao Conselho de Curadores, consoante os casos, deliberar em harmonia com a Carta de Princípios da Fundação.

Entrada em vigor

O presente Código entra em vigor na data da sua divulgação por todos os colaboradores e serviços da Fundação e obriga, sem exceção, todos aqueles abrangidos pelo seu âmbito tal como nele definido, não lhes sendo lícito a invocação de desconhecimento e/ou obscuridade como causa de exclusão de culpa e/ou responsabilidade.

Alteração, modificação ou substituição

O presente Código apenas pode ser alterado, modificado ou substituído, total ou parcialmente, por deliberação conjunta do Conselho de Curadores e do Conselho de Administração da Fundação.

Handwritten signatures and initials in the bottom left corner, including a large signature that appears to be 'AS' and several other initials like 'AB', 'R', and 'DA'.

Anexo IV, Declaração de Utilidade Pública de 2010 e Ratificação de 2023



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros

Despacho

Declaração de Utilidade Pública

A **Fundação Francisco Manuel dos Santos**, pessoa colectiva de direito privado n.º 508867380, com sede em Lisboa,

Promove e aprofunda o conhecimento da realidade portuguesa, procurando desse modo contribuir para o desenvolvimento da sociedade, o reforço dos direitos dos cidadãos e a melhoria das instituições públicas, através da elaboração de estudos sobre temas seleccionados, publicando os resultados no site Prodata, formulando recomendações e fomentando a discussão pública sobre as matérias que são objecto dos trabalhos, com especial relevo nas áreas da demografia e da população, condições sociais e económicas, desenvolvimento económico e social, saúde, educação, formação profissional, segurança social, Estado, identidade nacional, administração pública, direitos e deveres dos cidadãos, cidadania e instituições democráticas, relações laborais, organização do território, as cidades, a questão social, coesão social, desigualdades e conflito, justiça, políticas económicas e sociais, as instituições públicas, os grandes serviços públicos, as relações entre o Estado e os cidadãos, acesso à cultura, informação e comunicação social.

Instituída e reconhecida há cerca de um ano, a Fundação Francisco Manuel dos Santos prossegue, assim, fins de interesse geral e desenvolve, sem fins lucrativos, a sua intervenção em favor da comunidade em áreas de relevo social.

Tratando-se de uma fundação, não tem aplicação o prazo de três anos previsto no n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de Dezembro, o qual podia, no entanto, ser dispensado visto estarem reunidas as condições das alíneas a) e b) do n.º 3 do mesmo artigo.

Por estes fundamentos, conforme exposto na informação final do processo administrativo n.º 132/UP/2009 instruído na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho da Ministros, e no uso dos poderes que me foram subdelegados pelo Ministro da Presidência através do Despacho n.º 4213/2010, de 26 de Fevereiro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 48, de 10 de Março de 2010, declaro a Fundação Francisco Manuel dos Santos pessoa colectiva de utilidade pública, nos termos do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de Dezembro.

Presidência do Conselho de Ministros, 12 de Março de 2010

O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros


João Tiago Valente Almeida da Silveira



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros

Despacho n.º 4150/2023

Sumário: Renova, pelo prazo de 10 anos, o estatuto de utilidade pública da Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Renovação do estatuto de utilidade pública de fundação

A Fundação Francisco Manuel dos Santos, pessoa coletiva n.º 508867380 com sede em Lisboa, foi instituída por escritura pública de 12.2.2009 e reconhecida pelo Despacho n.º 13592/2009, de 12 de junho.

Pelo Despacho n.º 5159/2010, de 23 de março, obteve a declaração de utilidade pública ao abrigo do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de novembro.

O estatuto de utilidade pública foi confirmado ao abrigo do n.º 7 do artigo 6.º da Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, pelo Despacho n.º 3294/2013, de 1 de março, pelo período de cinco anos e renovado pelo Despacho n.º 6654-D/2018, de 6 de julho.

Para cumprimento do disposto no artigo 19.º da Lei-Quadro do Estatuto de Utilidade Pública, aprovada em anexo à Lei n.º 36/2021, de 14 de junho, veio pedir a renovação do estatuto.

Verificando que se mantêm todos os pressupostos e requisitos legais, conforme exposto na informação dos serviços n.º I/662/2023/SGPCM do processo administrativo n.º 1788/2022 instruído na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, e no uso dos poderes que me foram subdelegados pela Ministra da Presidência através do Despacho n.º 7937/2022, de 29 de junho, renovo o estatuto de utilidade pública da Fundação Francisco Manuel dos Santos, nos termos do n.º 1 do artigo 19.º da Lei-Quadro do Estatuto de Utilidade Pública, aprovada em anexo à Lei n.º 36/2021, de 14 de junho, na sua redação atual.

A renovação é válida por 10 anos, produzindo efeitos desde 6 de julho de 2023.

24 de março de 2023. — O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros,
André Moz Caldas.

316320166

Anexo V, Despacho de Autorização de Alteração Estatutária



Despacho

No uso dos poderes delegados pelo Primeiro-Ministro através do Despacho n.º 3440/2016, de 25 de fevereiro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 47, de 8 de março de 2016, ao abrigo do disposto no n.º 4 do Despacho n.º 2553/2016, de 11 de fevereiro de 2016, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 35, de 19 de fevereiro, e com os fundamentos constantes da informação DAJD/1186/2016, que mereceu a concordância da Diretora de Serviços de Assuntos Jurídicos e Documentação e da Secretária-Geral Adjunta da Presidência do Conselho de Ministros, que faz parte integrante do processo administrativo n.º 17/FUND/2016-SGPCM, defiro o pedido de autorização de alteração estatutária apresentado pelos órgãos próprios da Fundação Francisco Manuel dos Santos, nos termos do artigo 189.º do Código Civil e do artigo 31.º da Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, alterada e republicada pela Lei n.º 150/2015, de 10 de setembro.

A Secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa,

Graça Fonseca

Graça Fonseca

75
TS
TS
TS

Anexo VI, Despacho de isenção de IRC

FINANÇAS, AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

DESPACHO

Para efeitos do n.º 2 do artigo 10.º do Código do IRC, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, reconhece-se à Fundação Francisco Manuel dos Santos, NIF 508 867 380, com sede no Largo Monterroio Mascarenhas, n.º 1, Lisboa, a isenção de IRC nos termos e com a seguinte amplitude:

- CATEGORIA B - Rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais e industriais desenvolvidas no âmbito dos seus fins estatutários.
- CATEGORIA E - Rendimentos de capitais, com exceção dos provenientes de quaisquer títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor;
- CATEGORIA F - Rendimentos Prediais;
- CATEGORIA G - Incrementos Patrimoniais

Esta isenção aplica-se a partir de 2017.01.01, de acordo com a alínea b) do n.º 3 do artigo 65.º do CPPT, ficando condicionada à observância continuada dos requisitos estabelecidos nas alíneas a), b), e c) do n.º 3 do artigo 10.º do Código do IRC, com as consequências, em caso de incumprimento, previstas nos n.ºs 4 e 5 desta disposição.

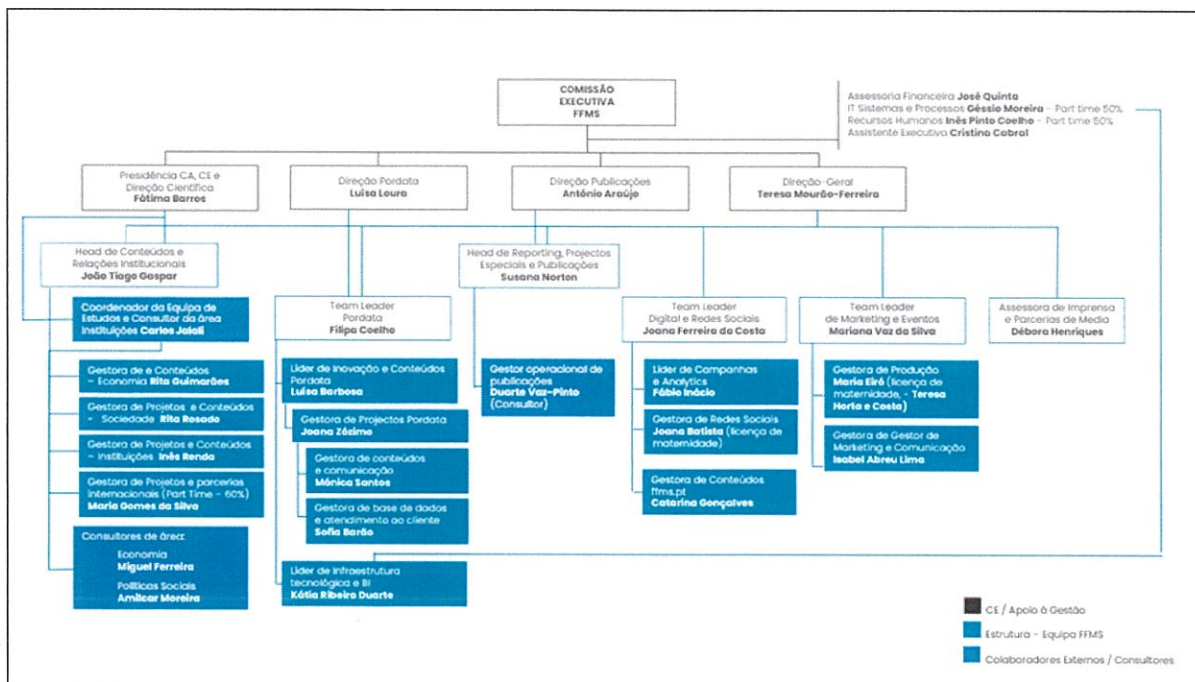
Lisboa, 17 de janeiro de 2022

Por subdelegação de competências,

A Subdiretora-Geral

Teresa Gil
Assinado de forma digital por Teresa Gil
Data: 2022.01.17
18:01:45Z

Anexo VII, Organigrama da Fundação a 31/12/2025



77
 VP
 AS
 BS
 DM

Anexo VIII, Procedimentos para a Avaliação de Atividades da Fundação

- 1) A avaliação das atividades da Fundação será feita no cumprimento dos princípios de bom governo nos termos do número 5 do Artigo 2 dos Estatutos, nomeadamente a adequação aos objetivos e propósitos da Fundação; conformidade com os Estatutos, os Planos e os Orçamentos; isenção e independência científica, política e económica; relevância social, política ou cultural; seriedade e frugalidade; e prestação de contas.
- 2) A avaliação das atividades da Fundação tem como objetivo assistir o Conselho da Administração e a Comissão Executiva do Conselho da Administração no cumprimento das suas responsabilidades nos termos dos Estatutos e do Regulamento Interno, especificamente na tomada de decisões sobre atividades e publicações em curso, a manter, ou a desenvolver, assim como a cessar.
- 3) Em nenhum momento a avaliação das atividades da Fundação inibe o poder de decisão do Conselho da Administração e da Comissão Executiva do Conselho da Administração nos termos dos Estatutos e do Regulamento Interno.
- 4) As avaliações podem ser internas e externas.
- 5) As avaliações internas serão periódicas e assentam nos princípios da responsabilização interna e da prestação de contas.
- 6) As avaliações externas serão excecionais e assentam nos princípios da transparência, da consulta externa, da isenção, da independência e da exogamia.
- 7) A avaliação das atividades da Fundação enquanto elemento de consulta e de suporte à decisão será da competência da Comissão Executiva, exceto quando envolva um montante superior a 100 mil euros nos termos do Regulamento Interno.
- 8) A Comissão Executiva informará previamente o Conselho de Administração de todas as avaliações que pretende realizar e do seu curso, incluindo os seguintes elementos formais:

- a) Tipo de avaliação;

Handwritten signatures and initials in the bottom left corner, including a large signature, the initials 'SM', and a signature in blue ink.

- b) Objetivo da avaliação;
- c) Nome dos avaliadores;
- d) Termos de referência da avaliação;
- e) Calendário da avaliação;
- f) Metodologia da avaliação.

9) A Comissão Executiva informará o Conselho de Administração de todas as avaliações realizadas e terminadas, cujos resultados e relatórios finais serão fornecidos aos membros do Conselho de Administração que os solicitarem.

10) Nos termos dos Estatutos e do Regulamento Interno, o Conselho de Administração poderá solicitar à Comissão Executiva uma avaliação interna ou externa com o objetivo específico de assistir o Conselho de Administração no exercício das suas competências.

Anexo IX, Protocolos e Parcerias em Vigor a 31/12/2025

Protocolos e parcerias

Âmbito Cultural do El Corte Inglés

APEL, Associação Portuguesa de Editores de Livros

Arquivo da RTP

Associação para o Desenvolvimento do Instituto Superior Técnico (ADIST)

Biblioteca Nacional de Portugal

Brookings Institution

CNN

CMTV, Programa «Falar Global»

DOMP — Instituto de Estudos

Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa

FNAC

Fundação Casa de Mateus

GOWE

ICS da UL, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa

ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa

ISEG, Instituto Superior de Economia e Gestão

Jornal de Negócios

Jornal Económico

Jornal Expresso

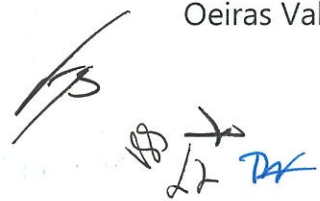
Jornal Público

NFORUMEXECUTIVOS — Formação e Consultoria

NOW

Observador

Oeiras Valley



Rádio Comercial
Rádio Renascença
Rede de Bibliotecas Escolares
RTP, Radiotelevisão de Portugal
SIC
SIC Notícias
TVI
Universidade Católica Portuguesa
Universidade de Aveiro, UA
Universidade de Lisboa, UL
Universidade do Minho, UM
Universidade do Porto, UP
Universidade Nova de Lisboa, UNL
V-Dem: Varieties of Democracy

Fontes da Pordata

Portugal/Municípios

Instituto Nacional de Estatística, I.P. (INE)
Banco de Portugal (BdP)
Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM)
Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)
Assembleia da República (AR)
Procuradoria-Geral da República (PGR)
Comissão Nacional de Eleições (CNE)
Governo dos Açores
Autoridade Nacional das Comunicações (ANACOM)
Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR)

Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores (ERSARA)
Instituto das Florestas e Conservação da Natureza da Madeira (IFCN Madeira)
Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas do Governo dos Açores (SRAAC Açores)
Sociedade Interbancária de Serviços (SIBS)
Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)

Presidência (MP)

Agência para a Integração, Migrações e Asilo, I. P. (AIMA)
Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP)

Administração Interna (MAI)

Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR)
Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. (IMT)
Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna (SGMAI)

Agricultura e Pescas (MAP)

Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF)
Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P. (IPMA)

Ambiente e Energia (MAE)

Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. (APA)
Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)
Direção-Geral do Território (DGT)
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF)
Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P. (IMT)
Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P. (IPMA)

Handwritten initials and marks in the bottom left corner, including a large 'PS' and several smaller signatures or initials.

Assuntos Parlamentares (MAP)

Direção-Geral do Ensino Superior (DGES)

Instituto do Cinema e do Audiovisual, I. P. (ICA)

Instituto Português do Desporto e da Juventude, I.P. (IPDJ)

Coesão Territorial (MCT)

Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL)

Direção-Geral do Território (DGT)

Cultura (MC)

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)

Instituto do Cinema e do Audiovisual, I. P. (ICA)

Museus e Monumentos de Portugal, E. P. E. (MMP)

Economia (ME)

Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)

Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE)

Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P. (IMT)

Instituto do Cinema e do Audiovisual, I. P. (ICA)

Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P. (IEFP)

Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P. (INPI)

Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P. (IPMA)

Educação, Ciência e Inovação (MECI)

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)

Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC)

Direção-Geral do Ensino Superior (DGES)

Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P. (FCT)

Instituto de Avaliação Educativa, I. P. (IAVE)

Instituto de Gestão Financeira da Educação, I. P. (IGeFE)

Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P. (INPI)

Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P. (IPMA)

Júri Nacional de Exames (JNE)

Rede de Bibliotecas Escolares (RBE)

Finanças (MF)

Autoridade Tributária e Aduaneira (AT)

Caixa Geral de Aposentações (CGA)

Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP)

Direção-Geral do Orçamento (DGO)

Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I.P. (ADSE)

Infraestruturas e Habitação (MIH)

Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)

Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.(IMT)

Justiça (MJ)

Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ)

Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P. (INPI)

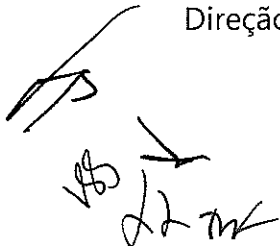
Juventude e Modernização (MJM)

Instituto Português do Desporto e da Juventude, I.P. (IPDJ)

Saúde (MS)

Administração Central do Sistema de Saúde, I. P. (ACSS)

Direção-Geral de Saúde (DGS)

Handwritten signature and initials in the bottom left corner, including a large stylized mark and the letters 'MS' and 'DGS'.

INFARMED — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P. (INFARMED)

Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P. (INSA)

Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. (SPMS)

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS)

Caixa Geral de Aposentações, I. P. (CGA)

Direção-Geral da Segurança Social (DGSS)

Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT)

Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP)

Instituto da Segurança Social, I. P. (ISS)

Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P. (IGFSS)

Instituto de Informática, I. P. (II)

Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P. (IEFP)

Europa

Departamento de Estatística da União Europeia (Eurostat)

Comissão Europeia (CE)

Organização das Nações Unidas (ONU)

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)

Anexo X, Órgãos Sociais da Fundação a 31/12/2025

Conselho de Curadores

José Soares dos Santos, Presidente

Alda Carvalho

António Lobo Xavier

Jaime Gama

Luís Amado

Maria Manuel Mota

Nuno Garoupa

Ricardo Reis

Comissão de Vencimentos

José Soares dos Santos, Presidente

António Lobo Xavier

Luís Amado

Conselho de Administração

Fátima Barros, Presidente

António Araújo

Inês Soares dos Santos Canas

Luísa Loura

Teresa Mourão-Ferreira

Comissão Executiva

Fátima Barros, Presidente

António Araújo, Diretor de Publicações

Luísa Loura, Diretora da Pordata

Teresa Mourão-Ferreira, Diretora-geral

Handwritten signatures and initials in the bottom left corner, including a large signature and several smaller initials.

Conselho Fiscal

Henrique Soares dos Santos, Presidente

Paula Prado

Auditor Externo, EY

145
87
dh
TR 188

Anexo XI, Lista de Estudos da Fundação

Estudos divulgados em 2012 (4)

1. *Desigualdade Económica em Portugal*

Coordenação: Carlos Farinha Rodrigues (Instituto Superior de Economia e Gestão)

2. *Projeções 2030 e o Futuro*

Coordenação: Maria Filomena Mendes (Instituto Superior de Economia e Gestão) e Maria João Valente Rosa (Universidade de Évora)

3. *Droga e Propinas: Avaliações de impacto legislativo*

Coordenação: Ricardo Gonçalves (Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa)

4. *Justiça Económica em Portugal*

Coordenação: Mariana França Gouveia (Universidade Nova de Lisboa), Nuno Garoupa (Universidade George Mason) e Pedro Magalhães (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa)

Estudos divulgados em 2013 (9)

1. *Segredo de Justiça*

Coordenação: Fernando Gascón Inchausti (Universidade Complutense de Madrid)

2. *Informação e Saúde*

Autora: Rita Espanha (Instituto Universitário de Lisboa)

3. *Escolas para o Século XXI: Liberdade e autonomia na educação*

Autor: Alexandre Homem Cristo (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa)

4. *Que Ciência Se Aprende na Escola?*

Coordenação: Margarida Afonso (Escola Superior de Educação de Castelo Branco)

5. *25 Anos de Portugal Europeu: A economia, a sociedade e os fundos estruturais*

Coordenação: Augusto Mateus (Instituto Superior de Economia e Gestão)

6. *O Cadastro e a Propriedade Rústica em Portugal*

Coordenação: Rodrigo Sarmiento de Beires (Associação de Municípios da Terra Quente Trasmontana)

KS
KS X2 Dr

7. Custos e Preços na Saúde: Passado, presente e futuro

Coordenação: Carlos Costa (antigo governador do Banco de Portugal)

8. Processos de Envelhecimento em Portugal: Usos do tempo, redes sociais e condições de vida

Coordenação: Manuel Villaverde Cabral (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa)

9. Literatura e Ensino do Português

Autores: José Cardoso Bernardes e Rui Afonso Mateus (Faculdade de Letras de Coimbra da Universidade de Coimbra)

Estudos divulgados em 2014 (10)

1. Mais Diários de Uma Sala de Aula

Coordenação: Maria Filomena Mónica (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa)

2. Portugal nas Decisões Europeias: Introdução ao estudo

Coordenação: Alexander Trechsel e Richard Rose (Instituto Universitário de Florença)

3. Mortalidade Infantil em Portugal: Evolução dos indicadores e fatores associados de 1988 a 2008

Coordenação: Xavier Barreto (Centro Hospitalar de S. João EPE) e José Pedro Correia (Observatório Português de Canábis Medicinal)

4. Ensino da Leitura no 1.º Ciclo do Ensino Básico: Crenças, conhecimentos e formação dos professores

Autores: João A. Lopes, Maria Gabriela Velasquez, Leandro S. Almeida (Universidade do Minho), Louise Spear-Swerling (Southern Connecticut State University), Célia Oliveira (Universidade Lusófona do Porto) e Luísa Araújo (Instituto Superior de Educação e Ciências)

5. Os Tempos na Escola: Estudo comparativo da carga horária em Portugal e noutros países

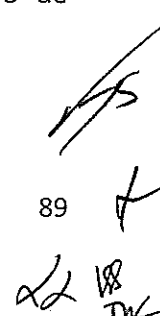
Autoras: Ana Maria Seixas, Armanda Matos, Maria Isabel Festas e Patrícia Frias Fernandes (Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra)

6. A Ciência na Educação Pré-escolar: A promoção da literacia científica em jardim de infância em Portugal

Autoras: Maria Filomena Gaspar (Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra), Maria Lúcia Santos (Associação de Profissionais de Educação de Infância) e Sofia Saraiva Santos

7. Juízes na Europa: Formação, seleção, promoção e avaliação

Autor: Carlos Gómez Ligüerre (Universitat Pompeu Fabra)



8. O Ministério Público na Europa

Autores: José Martín Pastor (Universidade de Valência), Luís Eloy Azevedo (Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa) e Pedro Garcia Marques (Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa)

9. Feitura das Leis: Portugal e a Europa

Coordenação: João Caupers (Nova School of Law), Marta Tavares de Almeida (Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Universidade de Lisboa) e Pierre Guibentif (Instituto Universitário de Lisboa)

10. Inquérito à Fecundidade 2013

Coordenação: INE (Instituto Nacional de Estatística)

Estudos divulgados em 2015 (8)

1. O Quinto Compromisso: Desenvolvimento de um sistema de garantia do desempenho educativo em Portugal

Autores: Margaret E. Raymond e Yohannes Negassi (CREDO, Universidade de Stanford)

2. Ciência e Tecnologia em Portugal: Métricas e impacto (1995-2011)

Autores: Armando Vieira (Stratified Medical) e Carlos Fiolhais (Universidade de Coimbra)

3. Dinâmicas Demográficas e Envelhecimento da População Portuguesa (1951-2011): Evolução e perspetivas

Coordenação: Mário Leston Bandeira (Associação Portuguesa de Demografia)

4. A Economia do Futuro: A visão de cidadãos, empresários e autarcas

Coordenação: João Ferrão (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa)

5. Valores, Qualidade Institucional e Desenvolvimento em Portugal

Coordenação: Alejandro Portes (Princeton University) e M. Margarida Marques (Universidade Nova de Lisboa)

6. Três Décadas de Portugal Europeu: Balanço e perspetivas

Coordenação: Augusto Mateus (ex-ministro da Economia)

7. O Multimédia no Ensino das Ciências: Cinco anos de investigação e ensino em Portugal

Autores: João Paiva, Carla Morais e Luciano Moreira (Faculdade de Ciências da Universidade do Porto)

8. Cultura Científica em Portugal: Ferramentas para perceber o mundo e aprender a mudá-lo

Autores: António Granado e José Vítor Malheiro (jornalistas)

Estudos divulgados em 2016 (2)

1. ***Desigualdade do Rendimento e Pobreza em Portugal: As consequências sociais do programa de ajustamento***

Coordenação: Carlos Farinha Rodrigues (Instituto Superior de Economia e Gestão)

2. ***Será a Repetição de Ano Benéfica para os Alunos?***

Autores: Ana Balcão Reis, Carmo Seabra e Luís Catela Nunes (NOVA SBE)

Estudos divulgados em 2017 (7)

1. ***Migrações e Sustentabilidade Demográfica: Perspetivas de evolução da sociedade e economia portuguesas***

Coordenação: Daniela Craveiro (ISEG/ISCTE), Isabel Tiago de Oliveira (ISCTE), João Peixoto (ISEG) e Jorge Malheiros (Universidade de Lisboa)

2. ***Limitação de Mandatos***

Coordenação: Francisco Veiga e Linda Veiga (Universidade do Minho)

3. ***Justiça entre Gerações: Perspetivas interdisciplinares***

Coordenação: Gonçalo de Almeida Ribeiro e Jorge Pereira da Silva (Universidade Católica Portuguesa)

4. ***Mobilidade Social em Portugal***

Coordenação: Teresa Bago d'Uva (Erasmus School of Economics)

5. ***O Estado por Dentro: Uma etnografia do poder e da administração pública em Portugal***

Autores: Catarina Frois (ISCTE-IUL), Daniel Seabra Lopes (ISEG), João Mineiro (ISCTE-IUL), Raquel Carvalheira, Ricardo Gomes Moreira e Sofia Bento (ISEG)

6. ***O Impacto Económico dos Fundos Europeus: A experiência dos municípios portugueses***

Coordenação: José Tavares, Ernesto Freitas e João Pereira dos Santos (NOVA SBE)

7. ***Porque Melhoraram os Resultados PISA em Portugal? Estudo longitudinal e comparado (2000-2015)***

Coordenação: Ana Sousa Ferreira (Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa)

Estudos divulgados em 2018 (7)

1. ***Igualdade de Género ao Longo da Vida: Portugal no contexto europeu***

Coordenação: Anália Torres (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa)

2. *Dinâmica Empresarial e Desigualdade*

Coordenação: Rui Baptista (Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa)

3. *Diversificação e Crescimento da Economia Portuguesa*

Coordenação: Leonor Sopas (Católica Porto Business School)

4. *Encerramento de Multinacionais: O capital que fica*

Coordenação: Pedro de Faria (Faculdade de Economia e Gestão da Universidade de Groningen)

5. *Orçamento, Economia e Democracia: Uma proposta de arquitetura institucional*

Coordenação: Abel M. Mateus (Universidade Nova de Lisboa)

6. *Empresas Privadas e Municípios: Dinâmicas e desempenhos*

Autores: Ernesto Freitas, João Pereira dos Santos e José Tavares (NOVA SBE)

7. *Qualidade da Governação Local em Portugal*

Coordenação: António F. Tavares (Florida State University) e Luís de Sousa (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa)

Estudos divulgados em 2019 (7)

1. *As Mulheres em Portugal, Hoje: Quem são, o que pensam e o que sentem*

Coordenação: Alex Morell e Laura Sagnier (PRM — Market Intelligence)

2. *Financial and Social Sustainability of the Portuguese Pension System*

Coordenação: Amílcar Moreira (Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa)

3. *Instituições e Qualidade da Democracia: Cultura política na Europa do Sul*

Coordenação: Tiago Fernandes (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa)

4. *Identidades Religiosas e Dinâmicas Sociais na Área Metropolitana de Lisboa*

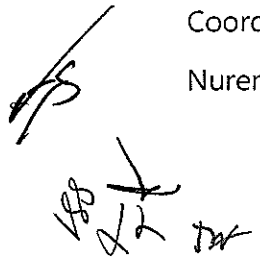
Coordenação: Alfredo Teixeira (Faculdade de Teologia, Universidade Católica Portuguesa)

5. *A Evolução da Ciência em Portugal (1987-2016)*

Autores: Elizabeth Vieira, Nuno Ferrand, Raquel Vasconcelos (CIBIO, Universidade do Porto), Ester Serrão (Centro de Ciências do Mar, Universidade do Algarve), Fernando Silva, Joana Torres (Universidade do Porto), João Mesquita, Jorge Silva, e Sylwia Bugla

6. *Os Tribunais e a Crise Económica e Financeira: Uma análise do discurso judicial*

Coordenação: Patrícia André (CEDIS, Universidade Nova de Lisboa) e Teresa Violante (FAU, Nuremberga)



7. *Constitutions in Times of Financial Crisis*

Coordenação: Tom Ginsburg (Universidade de Chicago) e Georg Vanberg (Universidade de Duke)

Estudos divulgados em 2020 (3)

1. *GDP-Linked Bonds in the Portuguese Economy*

Autor: Gonçalo Pina (ESCP Business School)

2. *Datação dos Ciclos da Economia Portuguesa*

Coordenação: Ricardo Reis (London School of Economics)

3. *Features of Portuguese International Trade: A firm-level perspective*

Coordenação: João Amador (Nova SBE)

Estudos divulgados em 2021 (6)

1. *Artificial Intelligence Pathways and Opportunities: A view from Portugal*

Coordenação: João Castro (Nova SBE)

2. *A Pobreza em Portugal: Trajetos e quotidianos*

Coordenação: Fernando Diogo (Universidade dos Açores)

3. *Financial Constraints and Business Dynamics: Lessons from the 2008-2013 recession*

Autores: Carlos Carreira (Universidade de Coimbra), Ernesto Nieto-Carrillo, João Eira (CeBER) e Paulino Teixeira (Universidade de Coimbra)

4. *Transport Systems in Portugal: Analysis of efficiency and regional impact*

Autores: Álvaro Costa (Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto), Carlos Oliveira Cruz, João Fragoso Januário, Vítor Faria e Sousa (Instituto Superior Técnico) e Joaquim Miranda Sarmiento (ISEG)

5. *Do Made in ao Created in: Um novo paradigma para a economia portuguesa*

Coordenação: Fernando Alexandre (Universidade do Minho)

6. *Os Jovens em Portugal, Hoje: Quem são, que hábitos têm, o que pensam e o que sentem*

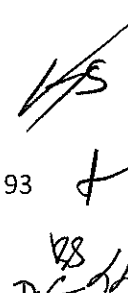
Coordenação: Alex Morell e Laura Sagnier (PRM — Market Intelligence)

Estudos divulgados em 2022 (8)

1. *The Real Estate Market in Portugal: Prices, rents, tourism, and accessibility*

Coordenação: Paulo M. M. Rodrigues (Nova SBE)

2. *Um Novo Normal? Impactos e lições de dois anos de pandemia em Portugal*



Coordenação: Carlos Jalali (Universidade de Aveiro) e Nuno Monteiro (Universidade de Yale)

3. O Financiamento das PME Portuguesas: A crise e a recuperação entre 2008 e 2018

Coordenação: Clara Raposo (Instituto Superior de Economia e Gestão)

4. Os Grupos de Interesse no Sistema Político Português

Coordenação: Marco Lisi (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa)

5. Financing Entrepreneurship in Portugal

Coordenação: Miguel A. Ferreira (Nova SBE)

6. Território de Bem-estar: Assimetrias nos municípios portugueses

Coordenação: Rosário Mauritti (Instituto Universitário de Lisboa)

7. O Estado Regulador em Portugal: Evolução e desempenho

Coordenação: Ana Lourenço (Católica Porto Business School)

8. Ethics and Integrity in Politics: Perceptions, control, and impact

Coordenação: Luís de Sousa e Susana Coroado (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa)

Projetos científicos divulgados em 2023 (4)

1. Como Comemos o Que Comemos: Um retrato do consumo de refeições em Portugal (estudo)

Coordenação: Ana Isabel Costa (Católica Lisbon School of Business)

2. A Crise da Habitação nas Grandes Cidades: Uma análise (policy paper)

Coordenação: Paulo M. M. Rodrigues (Nova SBE e Banco de Portugal)

3. Afinal, Quantas Pessoas Se Abstêm em Portugal? (policy paper)

Coordenação: João Cancela (Nova FCSH) e José Santana Pereira (ISCTE-IUL)

4. Barómetro da Habitação (barómetro)

Autores: Alda Azevedo (ICS-ULisboa) e João Pereira dos Santos (ISEG-ULisboa)

Projetos científicos divulgados em 2024 (6)

1. O Impacto do IRC na Economia Portuguesa (estudo)

Coordenação: Pedro Brinca (Nova SBE)

2. Understanding Ageism in the Workplace (estudo)

Coordenação: David Patient (Vlerick Business School)

3. O Atribulado Divórcio do Gás Russo na Europa (policy paper)

Handwritten notes and signatures in the bottom left corner, including a large 'B' and some illegible scribbles.

Autoras: Samantha Gross e Constanze Stelzenmüller (Brooking Institution)

4. *Barómetro da Política Europeia (barómetro)*

Autoras: Ana Maria Belchior (ISCTE-IUL) e Lea Heyne (ICS-ULisboa)

5. *Barómetro da Corrupção (barómetro)*

Autores: Luís de Sousa (ICS-ULisboa) e Susana Coroado (Dublin City University)

6. *Barómetro da Imigração: A perspetiva dos portugueses (barómetro)*

Coordenação: Rui Costa Lopes (ICS-ULisboa)

Projetos científicos divulgados em 2025 (10)

1. *Continuidade e Mudança nas Políticas Públicas em Portugal (1976-2020) (estudo)*

Autores: António F. Tavares, Patrícia Silva e Pedro Camões (Universidade de Aveiro)

2. *Abstenção Eleitoral em Portugal: Mecanismos, impactos e soluções (estudo)*

Coordenação: José Santana-Pereira (ISCTE-IUL)

3. *Automação e Inteligência artificial no Mercado de Trabalho Português: Desafios e oportunidades (policy paper)*

Coordenação: Rui Baptista (Instituto Superior Técnico)

4. *A Expansão dos Cursos Profissionais em Portugal: Que impacto na educação, no emprego e no empreendedorismo? (policy paper)*

Coordenação: Luís Catela Nunes (Nova SBE)

5. *Compreender as Incertezas Políticas e dos Mercados na Era da Transição Energética (policy paper)*

Autores: Mark Finley e Samantha Gross (Brookings Institution)

6. *Os Riscos e as Oportunidades da Agenda da UE para o Comércio Verde (policy paper)*

Autores: Trevor Sutton e Sagatom Saha (Brookings Institution)

7. *Depois da Crise Energética: Respostas políticas na Península Ibérica (policy paper)*

Autores: Ana Fontoura Gouveia, Gonzalo Escribano, Ignacio Urbasos Arbeloa e João Fachada (Brookings Institution)

8. *O Papel do Setor Energético na Guerra da Ucrânia (policy paper)*

Autores: Maciej Zaniewicz e Danylo Moiseienko (Brookings Institution)

9. *Barómetro do Poder Local (barómetro)*

Coordenação: Filipe Teles (Universidade de Aveiro)

10. *Barómetro do Turismo (barómetro)*

Coordenação: Paulo M. M. Rodrigues (Nova SBE)

AS
K
K

Anexo XII, Lista dos Ensaios da Fundação, 2010-2025

N.º	Título	Data de Lançamento
1	Ensino do Português	junho 10
2	Economia Portuguesa, As Últimas Décadas	junho 10
3	Portugal: os Números	junho 10
4	Justiça Fiscal	setembro 10
5	Difícil É Educá-los	outubro 10
6	Autoridade	outubro 10
7	Propriedade Privada: Entre o Privilégio e a Liberdade	outubro 10
8	Filosofia em Directo	janeiro 11
9	Segurança Social	janeiro 11
10	A Ciência em Portugal	janeiro 11
11	Economia, Moral e Política	abril 11
12	Discriminação da Terceira Idade	abril 11
13	Corrupção	abril 11
14	Portugal e o Mar	abril 11
15	Sondagens, Eleições e Opinião Pública	maio 11
16	A Televisão e o Serviço Público	julho 11
17	Os Atrasos da Justiça	julho 11
18	A Morte	julho 11
19	Ensaio Respublicano	setembro 11
20	O Governo da Justiça	setembro 11
21	Liberdade e Informação	setembro 11
22	A Nova Medicina	janeiro 12
23	Classe Média: Ascensão e declínio	janeiro 12
24	Portugal: Dívida pública e o défice democrático	janeiro 12
25	Forças Armadas em Portugal	maio 12
26	O Envelhecimento da Sociedade Portuguesa	maio 12
27	Matemática em Portugal: Uma questão de educação	maio 12
28	O Ensino da História	outubro 12

29	Portugal, Portugueses: Uma identidade nacional	outubro 12
30	A Crise, a Família e a Crise da Família	outubro 12
31	O Trabalho: Uma visão de mercado	janeiro 13
32	O Futuro do Estado Social	janeiro 13
33	Pela Sua Saúde	janeiro 13
34	Liberdade de Expressão em Tribunal	maio 13
35	Sobre a Morte e o Morrer	maio 13
36	A Sexualidade dos Portugueses	maio 13
37	Os Investimentos Públicos em Portugal	outubro 13
38	Parcerias Público-Privadas	outubro 13
39	Portugal e a Europa: Os números	outubro 13
40	A Identidade Cultural Europeia	dezembro 13
41	Economia Paralela	janeiro 14
42	O Futuro da Floresta em Portugal	janeiro 14
43	Educação e Liberdade de Escolha	janeiro 14
44	Sons e Silêncio da Paisagem Sonora Portuguesa	maio 14
45	Migrações e Cidadania	maio 14
46	O Cancro	maio 14
47	Os Portugueses e o Mundo	outubro 14
48	Pseudociência	outubro 14
49	Sociedade Civil	outubro 14
50	Confiança nas Instituições Políticas	janeiro 15
51	Ética com Razões	janeiro 15
52	Crianças e Famílias num Portugal em Mudança	maio 15
53	A Agricultura Portuguesa	maio 15
54	O Parlamento Português	maio 15
55	Adolescentes	setembro 15
56	Política Externa Portuguesa	setembro 15
57	O Dinheiro	setembro 15
58	Rússia e Europa: Uma parte do todo	janeiro 16
59	Portugal e o Espaço	janeiro 16
60	Política e Entretenimento	janeiro 16
61	O Futuro da União Europeia	maio 16
62	Portugal e o Atlântico	maio 16

63	Turismo em Portugal	maio 16
64	A Democracia na Europa	agosto 16
65	Pessoas com Deficiência em Portugal	agosto 16
66	Ambiente em Portugal	agosto 16
67	O Valor da Arte	outubro 16
68	Crise e Crises em Portugal	outubro 16
69	Portugal, Um Perfil Histórico	outubro 16
70	Portugal: Paisagem rural	janeiro 17
71	Portugal e o Comércio Internacional	janeiro 17
72	Euro e o Crescimento Económico	janeiro 17
73	Os Exportadores Portugueses	maio 17
74	Partidos e Sistemas Partidários	maio 17
75	O Sistema Político Português	maio 17
76	Futebol: O estádio global	setembro 17
77	A Universidade como Deve Ser	setembro 17
78	O Ensino Superior em Portugal	setembro 17
79	Qualidade da Democracia em Portugal	janeiro 18
80	Hiperatividade e Défice de Atenção	janeiro 18
81	Nós e os Outros: O poder dos laços sociais	janeiro 18
82	A Saúde Mental dos Portugueses	maio 18
83	As Pescas em Portugal	maio 18
84	Cinema e História: Aventuras narrativas	maio 18
85	Envelhecimento e Políticas de Saúde	setembro 18
86	Desperdício Alimentar	setembro 18
87	Ditadura e Democracia: Legados da memória	setembro 18
88	Prevenir Doenças e Conservar a Saúde	janeiro 19
89	A Energia em Portugal	janeiro 19
90	Inteligência Artificial	janeiro 19
91	Eleições na União Europeia	abril 19
92	Administração Pública Portuguesa	abril 19
93	Religião em Sociedade Portuguesa	abril 19
94	A Europa não É Um País Estrangeiro	junho 19
95	Pode Portugal Ter Uma Estratégia?	junho 19
96	Criminalidade e Segurança	setembro 19

Handwritten signatures and initials:
 HS
 A
 BS
 JMK

97	As Plantas e os Portugueses: Património, tradição e cultura	setembro 19
98	Saúde Digital: Um sistema de saúde para o século XXI	setembro 19
99	A Habitação Apoiada em Portugal	janeiro 20
100	Património Cultural: Realidade viva	janeiro 20
101	Ferrovias em Portugal: Passado, presente e futuro	janeiro 20
102	E Se Eu não Puder Decidir? Saber escolher no final da vida	maio 20
103	Cuidado Paliativos: Conheça-os melhor	maio 20
104	O Mundo de Amanhã: Geopolítica contemporânea	maio 20
105	Adolescentes: As suas vidas, o seu futuro	setembro 20
106	<i>Jobs for the Boys?</i> Nomeações para a Administração Pública	setembro 20
107	Hábitos Alimentares dos Portugueses	setembro 20
108	Os Incêndios Florestais em Portugal	janeiro 21
109	Descentralização e Poder Local em Portugal	janeiro 21
110	O Regresso das Ditaduras?	janeiro 21
111	Alterações Climáticas	maio 21
112	Racismo Hoje: Portugal em contexto europeu	maio 21
113	Sexualidade e Reprodução em Portugal: Os tempos da pandemia	maio 21
114	Riscos Globais e Biodiversidade	setembro 21
115	Lisboa em Metamorfose	setembro 21
116	A Democracia Local em Portugal	setembro 21
117	Economia Azul	janeiro 22
118	Economia Portuguesa: As últimas décadas (edição revista)	janeiro 22
119	Governo de Portugal	janeiro 22
120	Galiza: Terra irmã de Portugal	maio 22
121	O Universo: Do Big Bang aos buracos negros	maio 22
122	Portos em Portugal	maio 22
123	Proteção Social no Portugal Democrático: Trajetórias de reforma	agosto 22
124	Oceano de Plástico	agosto 22
125	Portugal-Brasil: Encontros e desencontros	agosto 22
126	Mente, Cérebro e Educação	janeiro 23
127	O Lixo em Portugal	janeiro 23
128	Sociedade de Consumo e Consumidores em Portugal	janeiro 23
129	Direitos Humanos	maio 23
130	Saúde e Hospitais Privados em Portugal	maio 23

18
22
PR

131	Os Algoritmos e Nós	maio 23
132	O Compadrio em Portugal	setembro 23
133	Economia da Educação: Um olhar sobre o sistema de ensino português	setembro 23
134	Desertificação em Portugal	setembro 23
135	Direitos Fundamentais para o Universo Digital	janeiro 24
136	Preconceito e Discriminação	janeiro 24
137	Património à Solta	janeiro 24
138	Água em Portugal	maio 24
139	O Sono dos Portugueses	maio 24
140	Património Alimentar de Portugal	maio 24
141	Cibersegurança	setembro 24
142	Psicadélicos em Português	setembro 24
143	Quem Cuidará de Mim? Problemáticas em torno dos cuidados (in)formais	setembro 24
144	Aprender	janeiro 25
145	A Qualidade do Ar	janeiro 25
146	A Inteligência Artificial Generativa	janeiro 25
147	Tira o Disco e Toca ao Vivo: A indústria musical em Portugal	maio 25
148	Avós e Netos	maio 25
149	Uma Ideia de Ciência	maio 25
150	Participação Cívica em Portugal	setembro 25
151	Portugal e o Tempo	setembro 25
152	Desigualdades em Saúde	setembro 25
153	15 Anos: Ensaios da Fundação	outubro 25

Anexo XIII, Lista dos Retratos da Fundação, 2014-2025

N.º	Título	Data de Lançamento
1	Prematuros	maio 14
2	Portugal em Ruínas	maio 14
3	Longe do Mar	maio 14
4	Portugal de Perto	outubro 14
5	Terra Firme	outubro 14
6	Na Urgência	outubro 14
7	Malditos, Histórias de Homens e de Lobos	março 15
8	Aleluia	março 15
9	Atelier	março 15
10	A Escola	maio 15
11	Os Últimos Marinheiros	maio 15
12	A Porteira, a <i>Madame</i> e Outras Histórias de Portugueses em França	maio 15
13	Telenovelas, Indústria e Cultura, Lda.	janeiro 16
14	Alentejo Prometido	fevereiro 16
15	Esquadra de Polícia	fevereiro 16
16	Arigato, Eu	maio 16
17	Raízes: O campo na cidade	maio 16
18	Movimento Perpétuo: Histórias das migrações portuguesas	maio 16
19	Guardas de Passagem de Nível	fevereiro 17
20	Em Nome da Filha	fevereiro 17
21	Hotel: Os bastidores	fevereiro 17
22	Peregrinos	abril 17
23	Vale a <i>Pena</i> ? Conversas com escritores	maio 17
24	Trás-os-Montes, o Nordeste	maio 17
25	Ajudar a Cair	setembro 17

26	Porto: Última estação	setembro 17
27	Turista Infiltrado	setembro 17
28	Terapias, Energias e Outras Fantasias	fevereiro 18
29	Filhos da Químio	fevereiro 18
30	Com a Devida Vénia: Diários dos tribunais	fevereiro 18
31	No Centro do Poder: Governo e Administração Pública em Portugal	maio 18
32	Da Costa: Praias e montes da Caparica	maio 18
33	Vida de Prisão	maio 18
34	Ainda aqui estou	setembro 18
35	Viver da Morte	setembro 18
36	Cientistas Portugueses	fevereiro 19
37	Arquive-se	fevereiro 19
38	Efeito Marcelo: O comentário político na televisão	fevereiro 19
39	Quinas e Castelos: Sinais de Portugal	maio 19
40	O Macaco Bêbedo Foi à Ópera: Da embriaguez à civilização	maio 19
41	Vila Medieval	maio 19
42	Que Nós Estamos Aqui: 12 passos para a recuperação	janeiro 20
43	Prisões	janeiro 20
44	Cobras, Lagartos e Baratas: Os melhores amigos do Homem?	janeiro 20
45	Os Pombos da Senhora Alice: Envelhecer em Portugal	maio 20
46	Quanto Tempo Tem Um Dia: Experiências da maternidade	maio 20
47	Cidade Suspensa: Lisboa em estado de emergência	junho 20
48	Culatra: Uma ilha com gente dentro	agosto 20
49	Regras de Isolamento: Vida ao redor do centro	agosto 20
50	45 Anos de Combate à Corrupção	janeiro 21
51	Quando as Escolas Fecharam: Cadernos de pandemia	janeiro 21
52	A Blogosfera Portuguesa: Da <i>Coluna Infame</i> ao ocaso de uma era	janeiro 21
53	Museus de Lisboa	maio 21
54	Adoção Tardia	maio 21
55	Os Homens também Choram: Histórias da nova masculinidade	maio 21
56	Homens sem Coração	setembro 21

57	Ilhas da Ria de Aveiro	setembro 21
58	Em Que Posso Ser Útil?	setembro 21
59	Campo dos Bargos: O futebol ou a recuperação semanal da infância	fevereiro 22
60	Vamos ao Teatro	fevereiro 22
61	As Invisíveis: Histórias sobre o trabalho da limpeza	fevereiro 22
62	Ama o Precipício: Viagem à Mata Nacional do Buçaco	maio 22
63	Ser Ator em Portugal	maio 22
64	Mandem Saudades: Uma longínqua história de emigração	maio 22
65	Avieiros, hoje	agosto 22
66	A Religião dos Livros: Alfarrabistas, livrarias e livreiros	agosto 22
67	Castro Laboreiro: Entre brandas e inverneiras	agosto 22
68	Jénifer, ou a Princesa da França: As ilhas (realmente) desconhecidas	fevereiro 23
69	O Homem Que Via no Escuro: A Lisboa de Bruno Candé	fevereiro 23
70	Viver Só	fevereiro 23
71	O Meu Treinador e Outras Vivências do Desporto de Alto Rendimento	setembro 23
72	Algoritmos: Uma revolução em curso	setembro 23
73	Martim Moniz: Como o desentalar e passar a admirar	setembro 23
74	A Biblioteca: Uma Segunda Casa	fevereiro 24
75	Revolução Inacabada: O que não mudou com o 25 de Abril	fevereiro 24
76	Um Dedo Borrado de Tinta: Histórias de quem não pôde aprender a ler	fevereiro 24
77	Mulheres Refugiadas em Portugal: De casa para um lugar qualquer	maio 24
78	A Morrer ou a Viver? Histórias de cuidados paliativos	maio 24
79	Eles Que Nos Levam: Histórias de motoristas de transportes públicos	maio 24
80	Mulheres Refugiadas em Portugal: De casa para um lugar qualquer (nova edição)	julho 24
81	Ruído: Lisboa, uma cidade que não se cala	setembro 24
82	Dependência Digital	setembro 24
83	Marcas Que Fazem Portugal	setembro 24
84	Os Salatinas: Coimbra da saudade	fevereiro 25
85	O Jornal	fevereiro 25
86	Os Filhos de Monte Gordo	fevereiro 25

22/10/24

87	Quando o Museu Fechou	maio 25
88	A Água das Lágrimas	maio 25
89	Tejo: Um cruzeiro religioso e cultural	maio 25
90	Um Tesouro no Deserto	setembro 25
91	A Francofonia em Portugal: Está bem e recomenda-se	setembro 25
92	O Tanto Que Grita Este Silêncio: Porque se abstêm os portugueses?	setembro 25

Anexo XIV, Lista de Outros Livros da Fundação, 2014-2025

N.º	Título	Data de Lançamento
1	O Futuro da Ficção	novembro 12
2	Alterações Globais: Os desafios e os riscos presentes e futuros	outubro 12
3	Uma Cultura da Informação para o Universo Digital	outubro 12
4	Os Portugueses em 2030	março 13
5	Alfabetizar em Democracia	setembro 13
6	Portugal e a Europa: Novas cidadanias	novembro 13
7	Inovação em Portugal	novembro 13
8	A Sala de Aula	março 14
9	Diários de Uma Sala de Aula	março 14
10	Portugal Europeu: E agora?	março 14
11	A Criança, a Família e o Direito	junho 14
12	Limites da Ciência	julho 14
13	À Procura da Liberdade: Uma antologia	outubro 14
14	Crise e Castigo	maio 16
15	Praxe e Tradições Académicas	outubro 16
16	Crise e Castigo e o Dia Seguinte	outubro 19
17	Coleção os Portugueses	fevereiro 20
18	Por onde Vai a Banca em Portugal?	julho 20
19	As Plantas e a Alimentação Mundial	novembro 20
20	Coleção 10 anos da Fundação: Pensar o tempo comum	fevereiro 21
21	Limites da Ciência (2.ª edição)	abril 21
22	Artur Pastor	outubro 21
23	Verdes Anos: Retratos de juventude	outubro 21
24	Populismos: Lá fora e cá dentro	abril 22
25	Paisagem Portuguesa	outubro 22
26	Ensino Superior e Desenvolvimento	abril 23
27	Literacia Alimentar: Decisão informada	maio 23
28	Alimentação e Nutrição nos Primeiros 1000 Dias de Vida	maio 23

29	Obesidade: Uma questão de peso?	Maio 23
30	As Dietas da Moda: Impactos clínicos	maio 23
31	Alimentos de Hoje	maio 23
33	E depois da Revolução: Cinco décadas de democracia	outubro 23
34	Portugal na Idade do Gelo	novembro 23
35	Movimento e Brincadeira nos Primeiros Anos de Vida	maio 24
36	O Que é Um Estilo de Vida Ativo?	maio 24
37	Atividade Física na Pessoa Idosa	maio 24
38	Atividade Física e Saúde Mental	maio 24
39	Motivações para Uma Vida Ativa	maio 24
40	Portugal 1974-1975: Revolução, contrarrevolução e democracia	maio 24
41	Constituição: Os limites da política, 1822-1976	outubro 24
42	Emblemas de Portugal	novembro 24
43	O Poder da Literatura: Café Martinho da Arcada (1984-1992)	abril 25
44	Investimento em Ciência	maio 25
45	Emoções e Bem-estar	maio 25
46	Riscos Comportamentais e Saúde	maio 25
47	Burnout: Uma pandemia	maio 25
48	Tristeza e Solidão	maio 25
49	Felicidade e Flexibilidade no Envelhecimento	maio 25
50	O Trabalho Forçado	outubro 25

A Equipa da Fundação em 2025



FUNDAÇÃO

FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

Largo Monterroio Mascarenhas, 1 – 7.º

NIF: 508 867 380

RELATÓRIO DE CONTAS ANUAL DE 2025

- **Balanço**
- **Demonstração dos resultados por naturezas**
- **Demonstração de fluxos de caixa**
- **Anexo**
- **Parecer do Conselho Fiscal**
- **Certificação legal das contas**

Índice

BALANÇO	3
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	4
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO DIRETO)	5
ANEXO.....	6
1. NOTA INTRODUTÓRIA	6
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	6
3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS	8
4. FLUXOS DE CAIXA E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS.....	8
5. INVENTÁRIOS	9
6. CLIENTES	10
7. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS.....	11
8. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	11
9. DIFERIMENTOS	11
10. REALIZAÇÃO DO FUNDO (DOTAÇÕES) E VARIAÇÃO.....	12
11. FORNECEDORES	12
12. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR	12
13. CRÉDITO	13
14. SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	13
15. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	14
16. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS	14
17. OFERTAS DE LIVROS E OUTROS	15
18. AUMENTOS E REDUÇÕES DO JUSTO VALOR	15
19. PROJECTOS PROMOVIDOS E PUBLICAÇÕES	16
20. APLICAÇÃO DE FUNDOS.....	17
21. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS	18
22. EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DO BALANÇO	18
23. OUTRAS INFORMAÇÕES	18

BALANÇO
De 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro 2024
(montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	2 025	2024
Ativo Não Corrente			
Investimentos financeiros	16.2	27 018	27 018
Ativo Corrente			
Inventários	5.3	101 664	75 690
Clientes	6	34 306	55 958
Estado e Outros Entes Públicos	7.1	11 958	16 385
Outros créditos a receber	8	26 505	33 272
Diferimentos	9	63 620	84 912
Outros Activos Financeiros	4.2	6 052 628	5 844 346
Caixa e depósitos bancários	4.1	5 678 231	5 578 529
Total do activo		11 995 930	11 716 109
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos			
Dotações de Fundadores	10.1	1 000 000	1 000 000
Resultados Transitados	10.2	9 178 801	8 383 119
		10 178 801	9 383 119
Resultado líquido do período	D.R	475 400	795 682
Total dos fundos patrimoniais		10 654 201	10 178 801
PASSIVO			
Passivo Corrente			
Fornecedores	11	725 747	922 212
Estado e Outros Entes Públicos	7.2	93 978	72 819
Outras dívidas a pagar	12	522 005	542 278
Total do passivo		1 341 729	1 537 309
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		11 995 930	11 716 109

O Conselho de Administração

Calisto Tanas
YBY *Teras TLF*
António da Silva
MY

O Contabilista Certificado (n.º 79736)

Vicente Manuel Teixeira

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

De 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro 2024

(montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas Anexo	Período 2025	Período 2024
Vendas e serviços prestados	13.1	225 016	232 681
Subsídios, doações e legados à exploração	14	8 617 000	8 417 550
Custo das mercadorias vendidas	5.1	(301 920)	(355 848)
Fornecimentos e serviços externos	15	(6 523 076)	(6 312 646)
Gastos com o pessoal	16.1	(1 787 095)	(1 683 381)
Imparidades de inventários (perdas e reversões)	5.4	(9 150)	(1 357)
Aumentos/redução de justo valor	18	208 283	418 286
Outros rendimentos	13.2	24 528	7 020
Outros gastos	17	(83 107)	(80 568)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		370 479	641 737
Juros e rendimentos similares obtidos	13.3	104 921	154 058
Juros e gastos similares suportados		0	(113)
Resultado antes de impostos		475 400	795 682
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		475 400	795 682

O Conselho de Administração

Palmeira Soares
MDM Teresa T-f
Luís António Andrade
MF

O Contabilista Certificado (n.º 79736)

Vicente Manuel Teixeira Mendes

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO DIRETO)

De 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro 2024

(montantes expressos em euros)

	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de Clientes	288 838	254 711
Pagamentos a Fornecedores	(822 397)	(872 972)
Pagamentos ao Pessoal	(899 462)	(848 701)
Caixa gerada pelas operações	(1 433 021)	(1 466 963)
Impostos:	(831 940)	(795 396)
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	(35 603)	(24 010)
Retenção Impostos sobre o rendimento		
IRS Categoria A	(313 962)	(304 540)
IRS Categoria B	(43 599)	(52 338)
IRC Categoria F	(28 849)	(26 868)
Contribuições para a Segurança Social	(409 927)	(387 640)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	(2 264 961)	(2 262 359)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Outras operações (projetos)	(6 357 258)	(6 265 864)
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares	104 921	154 058
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(6 252 337)	(6 111 806)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Donativos	8 617 000	8 417 550
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos similares		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento(3)	8 617 000	8 417 550
Varição líquida de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	99 702	43 385
Caixa e seus equivalentes no início do período	5 578 529	5 535 144
Caixa e seus equivalentes no final do período	5 678 231	5 578 529

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado (n.º 79736)

Paulo Sáez
Miguel
António
 Teresa P-f

Victor Manuel Leita Felis

JP
ah
TW

ANEXO

Período findo a 31 de dezembro de 2025

(montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Fundação Francisco Manuel dos Santos, doravante designada por «FUNDAÇÃO», «FFMS» ou «Entidade», é uma entidade de direito privado, de duração indeterminada, sem fins lucrativos, constituída pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, Holding B.V. (Sociedade Fundadora), a 12 de fevereiro de 2009, com sede no Largo de Monterroio Mascarenhas, n.º 1, Freguesia de Campolide, Concelho e Distrito de Lisboa.

A FUNDAÇÃO foi reconhecida através do Despacho n.º 13591/2009, de 5 de junho de 2009, e declarada pessoa coletiva de utilidade pública pelo Despacho n.º 5159/2010 de 12 de março de 2010, ambos emitidos pelo gabinete do secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros.

A 1 de março de 2013, foi publicado no Diário da República, 2.ª série – N.º 43 – Bloco C a confirmação do estatuto de utilidade pública da FUNDAÇÃO, que passou, assim, a reger-se pelo disposto na Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho.

A escritura dos novos estatutos, realizada a 21 de novembro de 2013 e publicada no portal do Ministério da Justiça, foi aprovada pelo Conselho de Ministros, através do ofício n.º 3666/DAJD/2013.

A FUNDAÇÃO tem no seu objeto social o fim primordial de promover e aprofundar o conhecimento da realidade portuguesa, procurando contribuir para o desenvolvimento inter-relacional da sociedade, o reforço dos direitos dos cidadãos e a melhoria das instituições públicas.

Neste âmbito, a FUNDAÇÃO tem desenvolvido estudos em diversas áreas sociais: demografia e população, desenvolvimento económico e social, saúde, educação, formação profissional, Segurança Social, Estado, instituições democráticas, entre outras. O detalhe de cada um destes estudos é apresentado no «Relatório Anual de Atividades».

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Divulgação do referencial contabilístico utilizado na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas de acordo com o regime de normalização contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, o qual integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que transpôs para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de junho de 2013, relativa às demonstrações financeiras anuais. A partir de 1 de janeiro de 2016, a FFMS passou a adotar os modelos das demonstrações financeiras constantes na Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, bem como a norma contabilística e de relato financeiro constante no Aviso n.º 8259/2015.

Sem prejuízo da aplicação da NCRF-ESNL em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sempre que esta norma não responda a aspetos particulares que se coloquem à Entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro de transações ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não-preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a Entidade recorre, tendo em vista tão-somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada: (i) às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF)

Handwritten initials: "P dh TW"

e Normas Interpretativas (NI) do Sistema de Normalização Contabilística (SNC); (ii) às Normas Internacionais de Contabilidade (NIC); e (iii) às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) e respetivas interpretações (SIC e IFRIC).
As bases de preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

▪ **Continuidade**

As operações realizadas foram registadas no pressuposto da continuidade da Entidade durante um período de pelo menos doze meses, mas sem limitação, a partir da data de balanço.

▪ **Regime da periodização económica (acrécimo)**

Os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento. Os rendimentos e os gastos são reconhecidos à medida que são, respetivamente, gerados ou incorridos, independentemente do momento da respetiva receita/recebimento ou despesa/pagamento.

▪ **Consistência de apresentação**

Os critérios de apresentação e de classificação de itens nas demonstrações financeiras são mantidos de um período para outro, a menos que (i) seja perceptível, após uma alteração significativa na natureza das operações, que outra apresentação ou classificação é mais apropriada, tendo em consideração os critérios para a seleção e aplicação de políticas contabilísticas contidas na NCRF-ESNL, ou (ii) a NCRF-ESNL estabeleça uma alteração na apresentação e, em todo o caso, (iii) a apresentação alterada proporcione informação fiável e mais relevante das demonstrações financeiras, e (iv) se for provável que a estrutura de apresentação revista continue de modo que a comparabilidade não seja prejudicada.

▪ **Compensação**

Os ativos e passivos e os rendimentos e gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo e nenhum gasto foi compensado por qualquer rendimento.

▪ **Comparabilidade**

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados na preparação das quantias das demonstrações financeiras apresentadas para o período de relato são as utilizadas na preparação das quantias comparativas, pelo que, sempre que a apresentação e a classificação de itens das demonstrações financeiras são emendadas, as quantias comparativas são reclassificadas, a menos que tal seja impraticável.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas, e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e do resultado da entidade

Na preparação das presentes demonstrações financeiras, não foram exceionalmente derogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL, tendo em vista a necessidade de as mesmas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e do resultado da Entidade

2.3. Indicação e comentário das contas de balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Os conteúdos de todas as contas de balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis aos do período anterior.

Handwritten initials and signature in the top right corner.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- Outros ativos financeiros – Os fundos de tesouraria e portfólios de investimentos são registados pelo valor de aquisição, sendo, no final de cada período económico, valorizados à cotação indicada pela entidade bancária. Os ativos têm a cotação de mercado e o justo valor é determinado pela observação dessas cotações.
- Clientes e outras contas correntes a receber – A maioria das vendas é realizada em condições normais de crédito, e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente. No final de cada período de relato, são analisadas as contas de clientes e outras contas a receber, de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for, é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade.
- Fornecedores e outras contas correntes a pagar – As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.
- Acréscimos e diferimentos – As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.
- Dotações de fundadores – As dotações do Fundador são registadas no Fundo Patrimonial na data da confirmação da sua atribuição.
- Subsídios à exploração – As participações recebidas do Fundador para fazer face às despesas com projetos e ao funcionamento da FUNDAÇÃO são reconhecidas na totalidade em rendimentos do período, critério este que foi adotado a partir do período de 2016 por decisão da Comissão Executiva e do Conselho de Administração, na sequência da assinatura do novo Acordo de Concessão de Dotações, a 11 de fevereiro de 2016, com a Sociedade Francisco Manuel dos Santos Holding B.V., por um período de dez anos.
- Inventários – As mercadorias que correspondem aos ensaios e outras publicações são mensuradas pelo custo de produção ou o valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.
- Juros e rendimentos similares – Os juros derivam de aplicações financeiras com remuneração.
- Resultado líquido do período – O saldo apurado, no período anual, positivo ou negativo, é transferido para o fundo patrimonial, rubrica de resultados transitados (nos períodos anteriores a 2016, o resultado do período apurado era sempre nulo, por efeito do procedimento de registo dos rendimentos referido acima).

4. FLUXOS DE CAIXA E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

4.1 O saldo da rubrica «Caixa e seus equivalentes no final do período» da Demonstração dos fluxos de caixa e o da correspondente rubrica do Balanço integram o numerário e os depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses), cuja decomposição é a apresentada abaixo:

	2025	2024
Numerário	2 000	2 000
Depósitos bancários	5 676 231	5 576 529
Total	5 678 231	5 578 529

4.2 O valor de «Outros ativos financeiros» da rubrica do Balanço, no montante de 6.052.628 euros, respeita à aplicação num portefólio de investimentos com os seguintes movimentos:

	Valor Mercado 31.12.2025	Movimentos	Valor Mercado 31.12.2024
Inst. Financeiros - Portofólio	6 052 628	208 282	5 844 346
Total	6 052 628	208 282	5 844 346

5. INVENTÁRIOS

5.1 O movimento ocorrido na rubrica de Inventários – mercadorias para apuramento do custo das mercadorias vendidas foi o seguinte:

Rubricas	Saldo inicial 31.12.2024	Aumentos (Compras)	Movimentos do Exercício		Saldo final 31.12.2025
			Diminuições CMVMC	Ofertas	
Inventários:					
Mercadorias - Ensaio	97 672	165 838	(135 417)	(31 830)	96 263
Mercadorias – Outras publicações	106 947	242 725	(166 503)	(39 689)	143 480
Total	204 619	408 563	(301 920)	(71 519)	239 743

Comparando com o ano de 2024:

Rubricas	Saldo inicial 31.12.2023	Aumentos (Compras)	Movimentos do Exercício		Saldo final 31.12.2024
			Diminuições CMVMC	Ofertas	
Inventários:					
Mercadorias - Ensaio	118 478	157 964	(148 605)	(30 165)	97 672
Mercadorias – Outras publicações	103 025	254 191	(207 243)	(43 027)	106 947
Total	221 504	412 155	(355 848)	(73 192)	204 619

5.2 O valor de mercadorias em inventário, juntamente com o que se encontrava à consignação, não considerando o valor de imparidades, é o seguinte:

Rubricas -Ensaio	Saldo final 31.12.2025	Saldo final 31.12.2024
Mercadoria Fundação	73 449	75 106
Mercadoria à Consignação	22 941	22 567
Total [1]	96 390	97 672

Rubricas - Anuários e Outras Publicações	Saldo final 31.12.2025	Saldo final 31.12.2024
Mercadoria Fundação	22 815	22 566
Mercadoria à Consignação	120 538	84 380
Total [2]	143 353	106 947
Total Geral [1+2]	239 743	204 619

Handwritten signature and initials in the top right corner.

Handwritten signature and initials in blue ink.

5.3 A perda por imparidade no inventário de ensaios e outras publicações, referente às edições dos anos de 2010 a 2021, 2022, 2023 e 2024, foi reconhecida em 100%, 75%, 50% e 25%, respetivamente. O valor realizável de inventários em balanço é conforme se apresenta no quadro seguinte:

Rubricas	Valor Custo 31/12/2025	Imparidade	Valor Realizável Líquido 31.12.2025	Valor Realizável Líquido 31.12.2024
Inventários:				
Mercadorias - Ensaios	96 390	73 449	22 941	22 659
Mercadorias – Revista XXI e Outras publicações	143 353	64 630	78 723	53 031
Total	239 743	138 079	101 664	75 690

5.4 O movimento do período da rubrica de Imparidades é o seguinte:

Rubricas	Saldo Inicial 31.12.2024	Imparidade (reversão)	Saldo Final 31.12.2025
Imparidade:			
Mercadorias - Ensaios	75 013	1 565	73 449
Mercadorias – Revista XXI e Outras publicações	53 915	(10 715)	64 630
Total	128 929	(9 150)	138 079

5.5 O movimento do valor contabilístico do stock é o seguinte:

Movimentos do Exercício		
Rubricas	Saldo inicial 31.12.2024	Saldo final 31.12.2025
Valor do stock	204 619	239 743
Imparidade	128 929	138 079
Stock contabilístico	75 690	101 664

6. CLIENTES

A decomposição do saldo de clientes é a seguinte:

	2025	2024
Créditos a receber	43 903	65 555
Perdas Por imparidades acumuladas	(9 598)	(9 598)
Total	34 306	55 958

O saldo de clientes refere-se, exclusivamente, a valores a receber da venda das publicações literárias editadas pela FUNDAÇÃO, ajustadas pelas respetivas perdas por imparidade. O valor da imparidade refere-se ao saldo a receber da ST&SF – Sociedade de Publicações, Lda.

TP
J
H
TW

7. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A rubrica de Estado e outros entes públicos é composta da seguinte forma:

7.1 Ativo

	2025	2024
Retenção na Fonte (IRC)	11 958	11 958
IVA - A recuperar	0	4 427
Total	11 958	16 385

7.2 Passivo

	2025	2024
Retenções de imposto sobre o rendimento (IRS)	47 336	33 977
IVA - A liquidar	6 483	0
Contribuições para a Segurança Social	40 159	38 842
Total	93 978	72 819

A FUNDAÇÃO encontra-se abrangida pela isenção contemplada na alínea c) do n.º 1 do artigo 10.º do Código do IRC, tendo sido requerido ao ministro das Finanças e deferido o reconhecimento da isenção, conforme disposto no n.º 2 do mesmo artigo, incluído no anexo VI do Relatório de Atividades.

O valor em dívida à Segurança Social corresponde ao valor a liquidar em janeiro do ano seguinte.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social). Deste modo, a declaração fiscal da Entidade referente ao ano de 2025 poderá vir a ser sujeita a revisão. Contudo, é entendimento da Administração que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções, por parte das autoridades inspetivas, não terão efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

8. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

A rubrica Outros créditos a receber, no valor de 26.505 euros (em 2024: 33.272 euros), inclui adiantamentos a fornecedores, adiantamentos ao pessoal e saldos de pequeno montante devidos a credores diversos.

9. DIFERIMENTOS

A rubrica de Diferimentos – Outros gastos a reconhecer, no valor de 63.620 euros (em 2024: 84.912 euros), inclui o valor de 51.028 euros, referente a serviços prestados com assistência informática, e o valor de 6.615 euros, referente a prémios de seguros cuja periodicidade abrange parte do período seguinte (2026).

10. FUNDOS PATRIMONIAIS

10.1 O valor da Dotação do Fundador, no montante de 1.000.000 euros, foi totalmente realizado no período de 2009.

10.2 O saldo da conta de Resultados transitados, no montante de 9.178.801 euros, respeita i) à transferência do saldo da rubrica de Diferimentos do período findo a 31 de dezembro de 2015, correspondente às verbas de dotações recebidas do Fundador, no âmbito do primeiro contrato de Acordo de Concessão de Dotações, no montante de 5.423.500 euros, e que não foram utilizadas no financiamento da atividade da FUNDAÇÃO até à data da caducidade do referido Acordo (fevereiro de 2016), conforme mencionado acima no ponto 3 – bases de apresentação; e ao ii) acréscimo do Resultado líquido apurado no período de 2016 (469.675 euros), do período de 2017 (621.084 euros), do período de 2018 (628.616 euros), do período de 2019 no valor negativo (753.443 euros), do período de 2020 (623.936 euros), do período de 2021 (354.653 euros), período de 2022 no valor negativo (1.045.458 euros) , do período de 2023 (2.060.555 euros) e período de 2024 (795.682 euros).

11. FORNECEDORES

A rubrica de Fornecedores decompõe-se da seguinte forma:

	2025	2024
Fornecedores Conta Corrente	715 027	901 326
Consultores e Prestadores de serviços individuais	10 720	20 887
Total	725 747	922 212

O saldo de Fornecedores conta corrente, cujo vencimento decorre, essencialmente, entre os meses de janeiro e fevereiro, é exigível na totalidade, não havendo situações de litígio ou de protelação de prazos de pagamento, e é relativo, essencialmente, a prestadores de serviços e a gastos com a produção de publicações, com a participação nos meios de comunicação e com eventos.

12. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

	2025	2024
Dívidas por acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar	292 529	264 315
Outros acréscimos de gastos	224 865	277 963
Subtotal	517 394	542 278
Outra dívidas	4 611	0
Total	522 005	542 278

Os valores da rubrica de Remunerações a liquidar a colaboradores, de 292.529 euros, correspondem à estimativa dos encargos com férias e subsídio de férias a pagar em 2026, vencidas no exercício de 2025.

A rubrica Outros acréscimos de gastos, de 224.865 euros, inclui, essencialmente, i) o valor de 69.728 euros de prestação de serviços de cedência de recursos humanos, rendas e comparticipação de gastos (prestados pela UnileverFima/JMDB/JMR); e ii) o valor de 155.137 euros, referente a acréscimos de gastos com projetos da Comissão Científica, Publicações e Programas que já estavam em execução à data do encerramento do presente período.

13. RÉDITO

13.1 A rubrica Vendas e prestações de serviços decompõe-se da seguinte forma:

Vendas e prestações de serviços	2025	2024
Venda de ensaios	131 898	99 097
Venda de outras publicações	85 434	127 387
Subtotal vendas	217 331	226 484
Prestação de serviços (Encontros, Ebooks)	7 409	6 009
Prestação de serviços - Outros	276	188
Total	225 016	232 681

13.2 A rubrica Outros rendimentos e ganhos decompõe-se da seguinte forma:

Outros rendimentos e ganhos	2025	2024
Correcções relativas a períodos anteriores	7 796	6 592
Outros	16 733	428
Total	24 528	7 020

O valor de correções do período anterior, 7.796 euros, corresponde a regularizações de saldos de fornecedores de exercícios dos anos anteriores, e o valor de Outros 16.733 euros, a comparticipação da SFMS, B.V. para fazer face a despesas incorridas pela Fundação na sua atividade.

13.3 A rubrica Juros, dividendos e outros rendimentos similares decompõe-se da seguinte forma:

Juros, dividendos e outros rendimentos e similares	2025	2024
Juros obtidos de depósitos	104 921	154 058
Outros	0	0
Total	104 921	154 058

Os juros são obtidos da aplicação Fiduciary Call Deposit, no Barclays.

14. SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

O total dos valores de doações do período, recebidas e registadas em Rendimentos, no montante de 8.617.000 euros, onde 6.718.334 euros foram efetuados pelo Fundador – Sociedade Francisco Manuel dos Santos Holding B.V., e 1.898.666 euros da Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V., conforme contratos assinados e todos concluídos.

15. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

DESIGNAÇÃO	2025	2024
Trabalhos especializados	4 841 307	4 646 769
Outros custos	1 004 861	1 109 759
Publicidade e comunicação	368 269	381 596
Deslocações e estadas	30 944	72 620
Conservação - Edifícios e outros	97 845	89 581
Assessoria jurídica e outros	66 894	63 138
Rendas e alugueres e custos associados	113 836	107 438
Serviços de informática	36 575	35 706
Outros custos - Cedência de pessoal	243 082	301 011
Despesas de representação	22 780	20 837
Despesas de comunicação	11 740	24 495
Outros fornecimentos e serviços	12 896	13 338
FSE - Custos projetos	5 846 168	5 756 528
FSE - Custos de funcionamento	676 908	556 118
Total FSE	6 523 076	6 312 646

O valor de FSE – Custos de projetos, no montante de 5.846.168 euros, incorpora a maioria dos gastos com os Projetos e Publicações desenvolvidos pela FUNDAÇÃO, conforme discriminados na Nota 19 abaixo, sendo que a rubrica de Trabalhos especializados se refere aos bens e serviços afetos diretamente à produção de publicações e à realização de eventos, e as restantes rubricas, aos gastos administrativos indiretos que foram repartidos pelos projetos. O valor de FSE – Custos de funcionamento, no montante de 676.908 euros, refere-se essencialmente a serviços de gestão, despesas administrativas e manutenção do sistema informático.

16. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

16.1. Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

	2025	2024
Remunerações de órgãos sociais	254 770	310 000
Remunerações do pessoal	1 060 762	874 292
Senhas de Presença	204 388	194 818
Encargos sobre remunerações	206 328	232 501
Outros (seguros, indemnizações)	60 848	71 770
Total	1 787 095	1 683 381

O quadro de pessoal da FUNDAÇÃO integrava, no final do período, 26 colaboradores (24 colaboradores em 2024), dos quais três são membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, e remunerados 12 meses no ano. No caso dos membros da Comissão Executiva com liderança em projetos específicos, os custos dos mesmos foram alocados em 2025 a Projetos no montante 215.229 euros e em 2024 o valor de 252.638 euros (Nota 19).

13
11
14

O valor das senhas de presença, atribuídas aos membros do Conselho de Administração e Conselho de Curadores, constitui rendimento de trabalho dependente, categoria A, e, como tal, está sujeito a retenção em sede de IRS e ao desconto de contribuições para a Segurança Social.

16.2 A Lei 115/2013, de 30 de agosto, estabelece os regimes jurídicos do fundo de compensação do trabalho, do mecanismo equivalente e do fundo de garantia de compensação do trabalho, aplicável a todos os contratos celebrados após 1 de outubro de 2013. No cumprimento da Lei 115/2013, o cálculo do fundo de compensação foi efetuado através da aplicação da taxa de 0,925% sobre o salário base, tendo sido apurado o valor até 2023 de 27.018 euros, ficando registado na rubrica em balanço de investimentos financeiros. A mesma foi revogada pelo Decreto-Lei 115/2023, de 15 de dezembro, que levou à extinção da obrigação referente ao FCT.

17. OFERTAS DE LIVROS E OUTROS

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

	2025	2024
Outros Gastos e Perdas		
Ofertas de edições	31 830	30 165
Ofertas de outras publicações	39 689	43 027
	71 519	73 192
Quotizações e Taxas	864	5 500
Correcção exercícios anteriores	9 351	1 030
Diferências de câmbio / Outros	1 373	847
	11 588	7 376
Total	83 107	80 568

A rubrica Ofertas de edições corresponde às publicações editadas pela FUNDAÇÃO doadas a instituições protocoladas. O valor de 500 euros corresponde ao pagamento de quota ao Centro Português de Fundações.

A rubrica Correção de exercícios anteriores, com o valor de 9.351 euros, refere-se essencialmente a regularizações IVA de exercícios anteriores. E a rubrica Diferenças de câmbio/Outros inclui valores relativos a diferenças de câmbio desfavoráveis e outras penalidades.

18. AUMENTOS E REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

A rubrica de Aumentos e reduções de justo valor do portefólio, no montante de 208.283 euros, compreende a valorização de instrumentos financeiros, de acordo com a cotação indicada pela instituição financeira que gere a carteira.

	Ano 2025	
	Não Realizadas	Realizadas
Perdas/Ganhos de Justo valor	195 187	13 096
Total	195 187	13 096

Handwritten initials and signature in the top right corner.

Ano 2024

	Ano 2024	
	Não Realizadas	Realizadas
Perdas/Ganhos de Justo valor	320 368	97 917
Total	320 368	97 917

19. PROJETOS PROMOVIDOS E PUBLICAÇÕES

Os projetos promovidos pela FUNDAÇÃO, que incluem a Coordenação Científica, repartem-se em Projetos Comissão Científica e Outros Programas. Os primeiros estão organizados em três áreas: Economia, Instituições e Sociedade; os segundos, em quatro áreas: Debates e Documentários, Portais, Encontros da FUNDAÇÃO, e Reporting & Sistemas & Comunicação.

Até ao final do período de 2025, para a execução de Projetos científicos e programas e «Publicações», foi aprovado o valor de 83.507.848 euros, e realizado o respetivo valor de 82.346.803 euros, conforme se discrimina no mapa acumulado de 2009-2024 de Proposta de Desembolso de Capital (PDC):

Rubricas	VALORES APROVADOS			VALORES REALIZADOS		
	Acumulado 2009 a 2024	2025	Acumulado 2009 a 2025	Acumulado 2009 a 2024	2025	Acumulado 2009 a 2025
Economia	4 520 786	757 415	5 278 201	4 088 119	584 171	4 672 290
Instituições	5 355 712	559 126	5 914 838	5 004 806	686 047	5 690 853
Sociedade	6 118 748	354 898	6 473 646	6 118 748	354 898	6 473 646
Projectos anterior a 2014	3 832 572		3 832 572	3 832 572		3 832 572
Total Projectos Científicos (1)	19 827 818	1 671 439	21 499 257	19 044 245	1 625 116	20 669 361
Debates Documentários e Out. Projectos	5 842 256	795 286	6 637 543	5 842 256	779 686	6 621 942
Portais	18 811 559	1 864 308	20 675 867	18 468 191	1 964 636	20 432 826
Encontros Fundação	12 993 222	0	12 993 222	12 993 222	0	12 993 222
Reporting & Sistemas & Comunicação	5 996 651	553 951	6 550 601	5 849 459	650 934	6 500 393
Total Outros Programas	43 643 687	3 213 546	46 857 233	43 153 128	3 395 255	46 548 384
Total Projectos Científicos e Programas (2)	63 471 506	4 884 984	68 356 490	62 197 373	5 020 371	67 217 744
Publicações	13 784 303	1 367 056	15 151 358	13 776 962	1 352 096	15 129 058
Total Geral	77 255 808	6 252 040	83 507 848	75 974 336	6 372 467	82 346 803
Verba a Cativar						1 161 045

- (1) Os gastos de Projetos científicos e outros programas estão registados na rubrica Fornecimentos e serviços externos – trabalhos especializados (inclui o valor de IVA suportado), sendo reconhecido o gasto em função da evolução e concretização das várias fases dos projetos.
- (2) Os gastos de Publicações referem-se, essencialmente, à produção de livros, incluindo: i) custo das mercadorias consumidas; ii) ofertas de edições; iii) fornecimentos e serviços externos – trabalhos especializados, gastos com eventos, ações POS e gestão logística, publicidade e comunicação.

Handwritten signature and initials in blue ink.

RESUMO

Projectos aprovados com Proposta de Desembolso de Capital (PDC)
 Valores gastos
 Verba a cativar (para 2026)

2025	2024
83 507 848	77 255 808
(82 346 803)	(75 974 336)
1 161 046	1 281 473

Para fazer face à verba a cativar de 1.161.046 euros, relativa aos projetos aprovados com Proposta de Desembolso de Capital (PDC), o valor de meios financeiros disponíveis no final do período era de 5.678.231 euros, correspondentes ao saldo da Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 4).

20. APLICAÇÃO DE FUNDOS

Até à data, a FUNDAÇÃO recebeu do Fundador a dotação inicial de 1.000.000 euros, e subsídios de 113.207.550 euros (104.822.550 euros + 8.385.000 euros), e obteve ganhos em subsídios de outras entidades, vendas e prestações de serviços e outros proveitos não operacionais de 5.113.058 euros. Ao total de ganhos de 114.622.880 euros (112.897.108 euros + 1.725.772 euros), foram afetos gastos da atividade operacional e custos de funcionamento, no montante de 110.392.178 euros, originando um resultado de 4.755.702 euros, adicionado aos resultados transitados e ao fundo patrimonial inicial. A 31 de dezembro de 2025, o valor de Fundo Patrimonial é de 10.654.201 euros.

	2 025		2009-2024		2009-2025
Subsídios (Nota 14)	8 385 000		99 399 050		107 784 050
Subsídios de outras entidades (Nota 14)	232 000		1 479 170		1 711 170
Vendas e Serviços prestados (Nota 13.1)	225 016		3 176 872		3 401 888
Total proveitos	8 842 016		104 055 092		112 897 108
Projectos (Nota 19)	6 372 467	73%	75 974 336	75%	82 346 803
Gastos de funcionamento (1)	2 331 880	27%	25 713 495	25%	28 045 375
Total gastos	8 704 347		101 687 831		110 392 178
Outros proveitos/gastos não operacionais (2)	337 732		1 388 040		1 725 772
Resultado do(s) período(s) (acumulado)	475 400		3 755 301		4 230 702
Comparticipação do Fundador até 2015 transferida para Resultados transitados			5 423 500		5 423 500
Dotação inicial			1 000 000		1 000 000
Fundo Patrimonial			10 178 801		10 654 201

(1) O valor de gastos de funcionamento corresponde aos Gastos com pessoal (Nota 16.1), custos de funcionamento da rubrica de Fornecimentos e serviços externos (Nota 15) e o valor da rubrica Outros gastos e perdas da Nota 17, menos o valor das remunerações com os membros da comissão executiva com liderança em projetos específicos no montante de 215.229 euros (Nota 19);

(2) O valor de Outros proveitos/gastos não operacionais resulta de Outros ganhos (129.449 euros) das Notas 13.2 e 13.3, de Aumentos e reduções de justo valor (208.283 euros) da Nota 18.

21. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

Os honorários faturados pelo revisor oficial de contas ascenderam a 8.278 euros.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DO BALANÇO

Até à data da conclusão deste relatório, não ocorreram acontecimentos que mereçam destaque para complementar a leitura das presentes demonstrações financeiras.

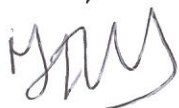
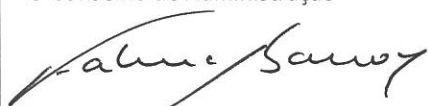
23. OUTRAS INFORMAÇÕES

Atualizámos a Pordata, continuámos a edição das publicações, conforme mencionamos no Relatório de Atividades, mantivemos a programação dos Estudos, realizámos a Escola de Verão e seguimos o programa científico para o triénio 2024-2026.

Em 2025, toda a equipa da FFMS reafirmou a sua vontade de contribuir para um país melhor e mais desenvolvido, com pluralismo e debate de ideias, independência, sentido crítico e pleno compromisso de cidadania para o bem comum.

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado (n.º 79736)



Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Fundação Francisco Manuel dos Santos (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 11.995.930 euros e um total de fundos patrimoniais de 10.654.201 euros, incluindo um resultado líquido de 475.400 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas e a Demonstração de Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Fundação Francisco Manuel dos Santos em 31 de dezembro de 2025, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do Relatório de Atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.



Shape the future
with confidence

Fundação Francisco Manuel dos Santos
Certificação Legal das Contas
31 de dezembro de 2025

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Atividades

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o Relatório de Atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 22 de abril de 2026

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Pedro Miguel Borges Marques - ROC n.º 1801
Registado na CMVM com o n.º 20161640

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ao Conselho de Curadores

No cumprimento das disposições estatutárias, vimos, no exercício das nossas competências, apresentar o relatório sobre a ação fiscalizadora que efetuámos e dar o Parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração da **Fundação Francisco Manuel dos Santos** (doravante designada por Fundação), relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Acompanhámos o desenvolvimento da atividade da Fundação procedendo à verificação dos registos contabilísticos e documentos de suporte, tendo sempre obtido da Administração, os esclarecimentos, as informações e os documentos solicitados.

Verificámos que as demonstrações financeiras, incluídas no conjunto dos documentos de prestação de contas, foram preparadas de acordo com o regime de normalização contabilística para as ESNL, exprimindo dessa forma a correta situação patrimonial da Fundação.

Analisámos, também, o relatório preparado pelo Conselho de Administração, que relata os aspetos mais significativos das atividades e ações que foram e serão desenvolvidas pela Fundação.

Ressalvamos que o Parecer deste Conselho Fiscal está suportado na opinião emitida (que anexamos) sobre as demonstrações financeiras suprarreferidas pelo vogal Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A., em resultado da incumbência que lhe foi atribuída face às competências técnicas que detém.

Face ao exposto, damos o nosso Parecer no sentido de que sejam aprovados o Relatório de atividades emitido pelo Conselho de Administração e as contas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Lisboa, 22 de Abril de 2026

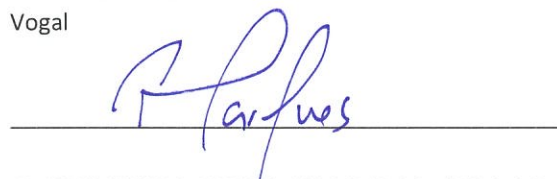
O CONSELHO FISCAL,



Dr. Henrique Soares dos Santos
Presidente



Dr.ª Paula Prado Rosa
Vogal



ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS - SROC, S.A.
Representada por: Dr. Pedro Miguel Marques (R.O.C. n.º 1801)